

# Diário do Legislativo de 08/04/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

### LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

## LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente  
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Padre PT  
João

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Delvito DEM  
Alves

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente  
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente  
Guedes

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Almir Paraca PT

Deputado Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente  
Uejo

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputada Padre PT  
João

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Delvito DEM  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente  
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente  
Malheiros

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputado Delvito DEM  
Alves

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Ruy Muniz DEM

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria DEM Presidente  
Lúcia Mendonça

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente  
Marra

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputada Rosângela BPS  
Reis

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM  
Moreira

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Avelar	Fábio BPS	Presidente
Deputado Souza Cruz	Sávio PMDB	Vice-Presidente
Deputado Barbosa	Irani BSD	
Deputado Paraca	Almir PT	
Deputado Pereira	Gil PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Malheiros	Délio BPS	
Deputado Lopes	Adalclever PMDB	
Deputado Moreira	Célio BSD	
Deputado Gomes	Carlos PT	
Deputado Jangrossi	Vanderlei PP	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Souza Cruz	Sávio PMDB	Presidente
Deputado Valadares	Gustavo DEM	Vice-Presidente
Deputado Aloise	Rêmolo BSD	
Deputado Moreira	Célio BSD	
Deputado Ulisses	Tiago BPS	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lopes	Adalclever PMDB	
Deputado Nascimento	Elmiro DEM	
Deputado Magalhães	Ronaldo BSD	
Deputado	Luiz BSD	

Humberto Carneiro

Deputado Wander BPS  
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Maria DEM  
Lúcia Mendonça

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente  
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Chico BPS  
Uejo

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente  
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente  
Magalhães

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rêmolo BSD  
Aloise

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente  
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter BSD Vice-Presidente  
Tosta

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Elmiro DEM

Nascimento

Deputado Cecília PT  
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

Deputado André PT  
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado Irani BSD  
Barbosa

Deputado Rêmol BSD  
Aloise

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Juninho BSD  
Araújo

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente  
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado Braulio BSD  
Braz

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT  
Silveira Jr.

Deputado Zezé BSD  
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Cecília PT  
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Padre João PT

Deputado Gil Pereira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Dimas DEM  
Fabiano

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2009

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Carlos Gomes e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.771/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Fábio Avelar). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Carlos Gomes - Irani Barbosa - Sávio Souza Cruz - Gil Pereira.

### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ademir Lucas, Sebastião Helvécio e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Maria Ângela Carvalho Dias Coelho, Secretária-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, publicado no "Diário do Legislativo", em 26/3/2009. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.508/2009. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sebastião Helvécio em que solicita ao Secretário de Estado de Obras Públicas e Transportes a inclusão do trecho Pedra Dourada a Vieiras no Programa Links Faltantes, com o objetivo de garantir o acesso da Zona da Mata, interligando a microrregião de Tombos com a região de Muriaé, beneficiando toda a população. A Presidente recebe requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita a realização de audiência pública para discutir o impacto da crise financeira que está atingindo os Municípios, principalmente em decorrência da diminuição dos repasses de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. O Deputado Sebastião Helvécio informa que haverá uma reunião com o Presidente da Casa para discutir ações sobre esse tema. O Deputado Ademir Lucas sugere que seja encaminhada cópia desse requerimento à Presidência da Casa, para conhecimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente.

## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/4/2009

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.506/2008, da Comissão de Assuntos Municipais, em que pede sejam solicitadas ao Governador do Estado informações sobre as políticas habitacionais adotadas pelo governo, visando a esclarecer especialmente questões relativas à construção de moradias populares. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.598/2008, do Deputado Carlin Moura, em que pede sejam solicitadas ao Presidente da MGS informações sobre a implantação de ouvidoria na empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.691/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr., em que pede seja solicitado ao Tribunal de Contas o envio de relatório relativo às investigações realizadas por esse órgão na Câmara Municipal de Itabirito, no período de 2005 a 2007. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.720/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pede seja solicitado ao Secretário de Fazenda que sejam esclarecidos os motivos pelos quais os requerimentos de isenção de ICMS referente à aquisição de veículos, protocolados por portadores de deficiência, têm prazo de tramitação superior ao dos pedidos de isenção protocolados por taxistas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.936/2008, do Deputado Wander Borges, em que pede sejam solicitadas à Secretaria de Transportes informações sobre o serviço de transporte remunerado de passageiros por meio de veículos ciclomotores e similares no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.954/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pede seja solicitado ao Tribunal de Justiça que seja informado o número de processos convertidos em perícias judiciais e o dos que estão com a tramitação paralisada até que se realize perícia judicial, notadamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e nos Municípios mais populosos do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.052/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que pede sejam solicitadas ao Procurador-Geral do Estado informações sobre as providências tomadas pelo Ministério Público em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, entre 2001 e 2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria, no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.053/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que pede sejam solicitadas ao Secretário de Agricultura informações sobre as providências tomadas por esse órgão em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, entre 2001 e 2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria, no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.536/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, em que pede sejam solicitadas ao Tribunal de Justiça informações sobre o Projeto Novos Rumos na Execução Penal, lançado em dezembro de 2001. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 2º do art. 24 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, a que se refere o art. 1º da proposição.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004; 15.464 a 15.467, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto

na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 5.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 37/2009, do Deputado André Quintão, que institui a Política Estadual de Juventude no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 9, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 8/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater as dificuldades de contratação e manutenção de médicos no Programa Saúde da Família e as possíveis soluções para o problema, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 8/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.028/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.082/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Requerimento nº 3.527/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 8/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 8/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 8/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.065/2007, do Deputado Sebastião Costa; 1.505/2007, do Deputado Roberto Carvalho; 2.838/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.031/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.510 e 3.531/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.511/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 8/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.996/2009, do Deputado Carlin Moura.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.033/2009, do Deputado Wander Borges; 3.043/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.046/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.053/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.063/2009, do Deputado Deiró Marra; 3.066/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.073/2009, do Deputado Mauri Torres; e 3.076/2009, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 8/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 8/4/2009

## 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.723/2007, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.526/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.549/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.551/2009, do Deputado Neider Moreira; e 3.554/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

# EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 8/4/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação dos Requerimentos nºs 2.506/2008, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando o encaminhamento ao Governador do Estado de pedido de informações sobre as políticas habitacionais adotadas pelo governo, visando a esclarecer especialmente questões relativas à construção de moradias populares; 2.598/2008, do Deputado Carlin Moura, em que pede sejam solicitadas ao Presidente da MGS informações sobre a implantação de ouvidoria na empresa; 2.691/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr., em que pede seja solicitado ao Tribunal de Contas o envio de relatório relativo às investigações realizadas por esse órgão na Câmara Municipal de Itabirito, no período de 2005 a 2007; 2.720/2008, da Comissão de Direitos Humanos, em que pede seja solicitado ao Secretário de Fazenda que sejam esclarecidos os motivos pelos quais os requerimentos de isenção de ICMS referente à aquisição de veículos, protocolados por portadores de deficiência, têm prazo de tramitação superior ao dos pedidos de isenção protocolados por taxistas; e 3.536/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, em que pede o encaminhamento ao Tribunal de Justiça de pedido de informações sobre o Projeto Novos Rumos na Execução Penal, lançado em dezembro de 2001; e, na 2ª Fase, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003; 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004; 15.464 a 15.467, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social; 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75; e 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo; e dos Projetos de Lei nºs 37/2007, do Deputado André Quintão, que institui a Política Estadual de Juventude no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes; 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica; 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado; e 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de abril de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51/2009

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta e Rosângela Reis e o Deputado Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2009, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Gil Pereira, Leonardo Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada

Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo, e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.535/2008, do Deputado Ruy Muniz, e 2.969/2009, do Deputado Leonardo Moreira; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.692/2008

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica denominada René Barbosa Canabrava a unidade da Força-Tarefa Previ-Incêndios Florestais de Minas Gerais, com sede no Município de Curvelo."

Sala das Comissões, 7 de abril de 2009.

Sávio Souza Cruz

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.817/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Inácio Franco, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Banda de Música Lira Santa Cecília, com sede no Município de Pará de Minas.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 11/10/2008 e distribuída a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.817/2008 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Banda de Música Lira Santa Cecília, com sede no Município de Pará de Minas.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua Diretoria é formada por pessoas idôneas não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina no art. 18 que as atividades dos seus Diretores, Conselheiros e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de lucro, gratificação, bonificação ou vantagem; e no art. 23 que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade com os mesmos fins.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.817/2008 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa, relator - Ronaldo Magalhães - Chico Uejo.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.094/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputado Maria Lúcia Mendonça, a proposição em epígrafe dispõe sobre o desenvolvimento de programas de orientação vocacional e profissional em benefício dos alunos do ensino médio.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 12/3/2009, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cabe a esta Comissão, preliminarmente, apreciar os aspectos jurídico, constitucional e legal da matéria, conforme dispõe o art. 102, III, "a" do Regimento Interno.

## Fundamentação

O projeto em comento determina que todo estabelecimento de ensino, público ou privado, desenvolverá programas de orientação vocacional e profissional, os quais terão caráter extracurricular e interdisciplinar. Ademais, prescreve que esses programas associarão técnicas, metodologias e aptidões do educando, a fim de permitir a identificação da vocação profissional do aluno. Prescreve também que o conteúdo de tais programas incluirão o estudo do mercado de trabalho, a exposição das possibilidades de formação e qualificação profissional e o planejamento da carreira.

A proposição prevê, ainda, que a orientação vocacional será ministrada por pedagogo com habilitação em orientação educacional, por profissional com licenciatura plena e pós-graduação em orientação educacional ou por psicólogo com habilitação específica na área de orientação profissional.

Uma vez expostos os principais pontos do projeto em análise, cabe cotejá-lo com as disposições da Lei nº 17.008, de 2007, que dispõe sobre a orientação profissional aos alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Ensino. A lei de que se cogita determina que essa orientação terá caráter extracurricular e observará as seguintes diretrizes: participação facultativa do aluno e associação de técnicas e instrumentais que identifiquem valores, interesses e habilidades do aluno e que o instrua sobre a dinâmica do mercado de trabalho e sobre as possibilidades de formação e qualificação profissional. Essas diretrizes abarcam o que há de essencial no projeto, o qual não traz inovação no ordenamento jurídico estadual.

Ressalte-se que a mencionada Lei nº 17.008 resultou da aprovação do Projeto de Lei nº 76/2007, que teve dois dispositivos vetados pelo Governador do Estado, os quais correspondem aos arts. 4º e 5º da proposição. Conseqüentemente, se se levar em consideração a norma em vigor e confrontá-la com o projeto em tramitação nesta Casa, verifica-se que inexistente diferença substancial no regramento do tema. Em outras palavras, o que se pretende erigir no plano legislativo já faz parte da ordem jurídica vigente, o que atesta a ausência do elemento inovador, que é uma das principais características do ato legislativo. A concepção material da lei supõe a generalidade, a abstração e a novidade, razão pela qual a lei que simplesmente reproduz preceitos da Constituição ou de outras normas jurídicas, ainda que utilizando termos ou expressões diferentes, não pode ser encartada na categoria de lei em sentido material, que deve trazer uma mudança efetiva no ordenamento jurídico para justificar a instauração do processo legislativo, seja introduzindo novas disposições, seja suprimindo preceitos que se tornaram obsoletos, seja revogando totalmente a lei anterior.

## Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 3.094/2009.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Chico Uejo - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa.

## Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.658/2008

### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.658/2008, de autoria do Deputado Hely Tarquínio, que declara de utilidade pública a Sociedade Amigos de Arcos – Saarcos –, com sede no Município de Arcos, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### PROJETO DE LEI Nº 2.658/2008

Declara de utilidade pública a Sociedade Amigos de Arcos – Saarcos –, com sede no Município de Arcos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Amigos de Arcos – Saarcos –, com sede no Município de Arcos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de março de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ronaldo Magalhães.

## Parecer sobre o Requerimento Nº 3.536/2009

### Mesa da Assembleia

### Relatório

A Comissão Especial da Execução das Penas no Estado solicita, por meio da proposição em epígrafe, seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de informações sobre o Projeto Novos Rumos na Execução Penal, lançado em dezembro de 2001.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 2/4/2009, vem agora a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

## Fundamentação

Conforme o art. 100, IX, do Regimento Interno, as Comissões, em razão da matéria de sua competência, da matéria compreendida em sua denominação ou da finalidade de sua constituição, cabe encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembleia, pedido de informações a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais.

A proposição em análise tem por objetivo solicitar informações ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – sobre o Projeto Novos Rumos na Execução Penal. Regulamentado pela Resolução nº 433/2004, do Tribunal de Justiça, o Projeto Novos Rumos tem por objetivo incentivar a criação e a ampliação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs –, conforme o modelo da unidade em Itaúna. A decisão do TJMG de adotar a metodologia Apac como política pública de execução penal no Estado decorreu da constatação de que essa metodologia auxilia o Judiciário na execução da pena e mostra resultados eficazes na ressocialização do condenado.

O Projeto Novos Rumos orienta as Comarcas e os Municípios interessados em implantar e desenvolver o método Apac no Estado, como medida de defesa social. A essência da proposição é obter informações do TJMG sobre esse projeto, para subsidiar os trabalhos da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, instituída em 2009 nesta Casa. Assim, julgamos oportuna a solicitação de informação proposta no requerimento em análise.

## Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 3.536/2009.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de abril de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, relator - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

22ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 1º/4/2009

O Deputado Antônio Carlos Arantes\* - Sr. Presidente, nobres colegas desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos presentes nas galerias, senhoras e senhores, volto a esta tribuna para fazer, mais uma vez, a defesa do nosso café. O café do Brasil pesa muito na balança comercial e é o segundo produto mais exportado por Minas Gerais. O Brasil produz 40 milhões de sacas de café, e a metade é produzida aqui em Minas Gerais. Geram-se 2 milhões de empregos diretos e 8 milhões de empregos indiretos com a produção de café. São praticamente 10 milhões de empregos que dependem do café no nosso país e mais de 350 mil propriedades envolvidas com o cultivo, sendo que 90% delas têm menos de 20ha. Isso significa que se trata de uma cultura que está distribuída, que está em todos os setores, no pequenininho, no maiorzinho, no médio e no grande produtor.

Mas vivemos um momento muito complicado, e não é difícil explicar o porquê. É só avaliarmos e veremos que em 14 anos os custos de produção subiram acima de 500%: inseticidas, herbicidas, fertilizantes, energia elétrica, óleo diesel, salário mínimo, tudo disparou. Em contrapartida, o preço do café subiu apenas 20%. É por isso que o café hoje é motivo de grande preocupação. Há o empobrecimento do setor, o empobrecimento do produtor e das cidades, uma vez que são 1.800 municípios que produzem café no Brasil, a maioria deles localizados em Minas Gerais. Trata-se do Estado que mais produz café. Milhares e milhares de famílias, até do Norte de Minas, onde não se produz café, dependem da colheita do produto na Zona da Mata, no Sul de Minas, para sobreviver. E verificamos nesse ponto certa indiferença por parte do governo federal, que não quer acordar, que está sendo omisso nas ações relacionadas à defesa do produtor de café.

Tanto é assim que, há dois anos, discutimos o empobrecimento do produtor rural. Desde então, foram realizadas várias reuniões e ações. Agora temos um grande movimento, o S.O.S. Café, coordenado pelos jovens da região de Varginha. O Eric Ximenes, que esteve hoje aqui conosco, está à frente desse movimento, que contou com a participação de 25 mil pessoas, entre as quais trabalhadores, produtores rurais, Presidentes de sindicatos de produtores e trabalhadores, todos preocupados com o índice de desemprego que está sendo gerado no setor rural, principalmente na área da cafeicultura.

São poucos os avanços. Ontem, em Brasília, conversei com o Deputado Carlos Melles, que me disse que os avanços ainda são muito pequenos. De todo modo, 20% da dívida que teria de ser paga nesta semana foram prorrogados. Isso não é muito, mas representa um fôlego, até encontrarmos uma forma de resolver a questão. O setor está pedindo que se parcele o endividamento de R\$4.000.000.000,00 em 20 anos e que 5% dessa dívida sejam transformados em produtos. Além disso, solicita que o preço mínimo da saca de café seja de pelo menos R\$320,00, para que o produtor tenha condições de sobreviver e de pagar essa dívida.

Realmente, trata-se de um momento muito difícil; o estrago é grande. Em nossa região, muitas lojas estão fechando as portas, a exemplo do que ocorre com as Casas Bahia em várias cidades do Sul de Minas, visto que, em virtude da falta de renda do produtor rural, não há condições para se comprarem eletrodomésticos e outros produtos. Como se não bastasse, a legislação ambiental sufoca o produtor rural. Temos discutido também essa questão, pois o Código Florestal tem de ser revisto. O Ministro da Agricultura já se posicionou a nosso favor. Está claro que, se não inserirmos 20% das áreas de reserva legal dentro das APPs, qualquer propriedade irá tornar-se inviável, principalmente no Sul de Minas, onde há muitos córregos e nascentes, que têm de ser preservados. Entretanto, sabemos que há também muitas áreas de longos declives e que, dessa forma, teriam de ser varridas do mapa. Colocando-se o Código Florestal em prática - e hoje o governo federal tem tentado fazer isso -, isolam-se, só no Centro-Sul e no Sudeste, mais de um milhão de propriedades rurais produtivas, que geram emprego e desenvolvimento. Essa é uma grande preocupação.

Como se não bastasse essa falta de recursos financeiros, vem a crise internacional, que assola todos os países, inclusive o Brasil. A verdade é que essa crise chegou com muito mais força em nossa região, visto que a situação do setor agropecuário já estava crítica. O leite está baratíssimo; várias empresas, a exemplo da Leite Nilza, estão pedindo concordata, recuperação judicial. Então, milhares de produtores deixam de receber pelo leite que produzem. Ontem, por exemplo, uma comissão de Pompéu foi a Ribeirão Preto fazer um protesto porque os produtores venderam seu leite por um preço baixo e não vão receber nada. Isso é inadmissível num momento em que o produtor passa por grandes dificuldades, pois entra com recursos próprios para produzir, vende o produto por um preço baixo e depois não recebe pelo que vendeu. Portanto, a crise que afeta nossa região preocupa-nos muito, visto que assola também as prefeituras. Não é possível um Município sobreviver com uma arrecadação tão pequena, tão miserável. O governo, diante da crise econômica, concedeu isenções no Imposto de Renda e no IPI dos automóveis, e isso afetou diretamente o Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, que teve uma queda de aproximadamente 20%. Os Municípios já estavam com a corda no pescoço e, agora, nem pescoço possuem mais para passar a corda. A situação é complicadíssima, e o governo federal tem de revê-la. Fui Prefeito por três mandatos em Jacuí e trabalhei na Prefeitura de São Sebastião do

Paraíso; logo, sei o quanto é difícil administrar um Município com recursos minguados, que já vêm carimbados.

Agora nem para o básico, como a folha de pagamento e as necessidades básicas da saúde, da educação e do transporte, os Municípios têm recursos. Os Prefeitos têm de reagir, organizar-se, mobilizar-se, porque é impossível administrar dessa forma, sem contar o grande número de obrigações do governo federal e até do Estado que são repassadas aos Municípios. Essa situação nos preocupa muito. Precisamos mobilizar o nosso povo.

Gostaria de falar também de coisas positivas. As nossas MGs, as nossas rodovias que dependem do governo do Estado, que estão sob responsabilidade do DER, as rodovias da nossa região, hoje, estão em situação muito diferente. Temos rodovias recuperadas e com qualidade; o produtor trafega em estradas de boa qualidade.

Infelizmente, por outro lado, as rodovias federais em nossa região continuam em estado deplorável. A situação é horrível, pois há buraco em toda parte. Já criaram até um apelido para o PAC: seria o "programa de apoio à questão dos buracos". É tanto buraco que não dá realmente para falar em PAC. Os recursos do PAC não têm chegado a essas rodovias. Estamos sabendo que projetos licitados, com dinheiro no Orçamento, não serão executados. Essa situação muito nos preocupa.

Quando se fala das MGs, que estão sob responsabilidade do DER, temos estradas de altíssimo nível, que melhoraram bastante. Se Deus quiser, continuarão. Temos exemplos, como os trevos da minha região. São 39 trevos perigosos. Posso citar o de Alpinópolis, que tem matado muita gente, o de Guaxupé, o do Japi e o da Vime, que têm matado muita gente. O trevo do Japi é um campeão de acidentes. São mais de 40 em 4 anos, com 16 mortes instantâneas em certo momento, sem contar os que morrem depois e nem ficamos sabendo. E, ainda, há grande quantidade de pessoas que ficam com problemas sérios de saúde.

Na semana passada, estive no DER e pude constatar a preocupação do governo do Estado, do nosso Governador e do nosso Diretor do DER, José Elcio Montese, que tem-se manifestado positivamente pela recuperação desses trevos. São trevos realmente muito perigosos, principalmente agora que as rodovias estão com qualidade muito melhor. Então, temos de ter um cuidado maior.

Na minha região, preocupa-me também a ligação da rodovia de Guaxupé a Bom Jesus da Penha e de São Pedro da União a Passos. Trata-se de uma rodovia estratégica que foi federalizada. Todo ano é colocado dinheiro no Orçamento, mas esses recursos acabam indo para a região de Araxá e até para Patos de Minas. Essas regiões merecem esses recursos porque estão na mesma rodovia. Este ano, se Deus quiser, terminando até a cidade de Patos de Minas, esperamos que esses recursos federais que são aprovados pela bancada federal cheguem a Guaxupé, a Bom Jesus da Penha, a São Pedro da União.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)\* - Deputado Antônio Carlos Arantes, quero inicialmente cumprimentá-lo não só por seu pronunciamento e por sua atenção às questões, em especial, dos nossos produtores rurais, da cafeicultura e, de modo geral, da atividade agropecuária, mas também por sua luta e por seu trabalho permanente, do qual sou testemunha.

Recentemente, participamos juntos da luta do SOS Café. De fato, não podemos nos calar. Temos de manter a nossa posição de exigir, porque somos também produtores rurais, assim como V. Exa., que sabe da luta de quem trabalha no campo para produzir alimentos. Eu também como pequeno produtor de café, mas, mais do que isso, como profissional da área, como veterinário, eu que conheço a vida do produtor rural sei que esse produtor, esse trabalhador rural tem feito a sua parte. Isso tem acontecido ao longo da nossa história, de toda a história do País. E, nas crises, mais ainda. É a chamada âncora verde que segura a economia, a inflação, com alimentos a preços acessíveis na mesa de todos os brasileiros e com excedente para exportar e garantir divisas para o Brasil e para a geração de empregos.

Por outro lado, vemos a insensibilidade permanente do governo e sua absoluta ignorância. Chego a usar uma expressão mais pesada para dizer que ignoram, que desconhecem o problema. Enquanto nos mobilizávamos com o Movimento SOS Café, o governo federal colocava estoques da Conab à venda por valores até abaixo dos preços aviltantes que já vêm sendo praticados, que não cobrem sequer o custo de produção de uma saca de café. O governo federal fez o contrário do que pedia o produtor, o qual alertava o governo, dizendo que era hora de comprar e estocar o produto. Caso o governo fizesse isso, teria dado ao produtor a opção de compra, a fim de que não fosse explorado pelos grandes cartéis multinacionais, pelas grandes empresas, que muitas vezes não estão no Brasil. Essas empresas, que compram o café brasileiro pelo preço que querem, uma vez que o produtor está desesperado, precisando pagar financiamento, adubos e funcionários, ganham dinheiro à custa do nosso suor, porque o preço do cafezinho não teve redução no mercado interno nem, muito menos, no exterior. Acompanhei o Governador Aécio Neves em viagem à Europa, recentemente, quando observei que não é possível tomar um cafezinho por menos de 1€, ou seja, são necessários mais de R\$3,00 para se tomar um café, que, sabemos, é fruto do suor brasileiro. O governo precisa se sensibilizar.

Parabenizo V. Exa. por essa luta. Estaremos sempre juntos para, assim, ampliar nossa força. Não só o produtor rural deve fazer esse alerta, mas também quem vive nas cidades, que precisa ter pelo menos um pouquinho de sensibilidade para compreender que não comemos concreto, tijolo ou automóveis. Precisamos de quem está no campo para produzir o leite, o arroz, a soja, o feijão, o café, a carne. É preciso respeito para com essas pessoas, porque o que temos visto é uma indústria da multa na área ambiental, que trata o produtor como bandido, a quem impõe impostos caros e preços altos sobre os insumos. Reina a insensibilidade do governo. Continuaremos nossa luta.

O Deputado Antônio Carlos Arantes\* - Muito obrigado, Domingos Sávio, Deputado parceiro do movimento em defesa do produtor de café e em defesa do nosso projeto, que aprovamos, com todos os Deputados desta Casa, sobre as margens do Lago de Furnas, sobre a delimitação dos 30m.

Estamos satisfeitos com o governo do Estado, que tem trabalhado muito pela nossa região, até mesmo recuperando nossas rodovias. Se Deus quiser, caso ele seja Presidente da República, poderemos ter todas as rodovias deste país em condições que assegurem dignidade ao cidadão brasileiro. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Sr. Presidente Deputado Hely Tarquínio, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de deixar meu abraço aos companheiros de São Francisco de Paula, que hoje nos dão a honra de sua visita.

Srs. Deputados, o primeiro motivo que me traz hoje à tribuna desta Casa é para fazer repercutir a reunião que tivemos ontem na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, que tratava da BR-381, mais precisamente no sentido de Belo Horizonte a Governador Valadares. Nossos companheiros de São Francisco de Paula transitam por essa rodovia, mas no sentido de Belo Horizonte a São Paulo, que está em boas condições porque, antes mesmo de o governo Lula assumir a administração do País, a estrutura desse trecho da rodovia já estava praticamente pronta, diferentemente da outra parte da BR-381. Essa rodovia, no sentido de Belo Horizonte a Valadares, é hoje conhecida como a Rodovia da Morte. Ontem, atendendo a requerimento da Deputada Rosângela Reis, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381, fizemos essa audiência pública, e acho que fizemos história nesta Casa, Deputado Wander Borges.

Afinal, uma comissão temática desta Casa, que é composta por 5 Deputados, esteve ontem, durante sua audiência pública, com 23 parlamentares de todos os partidos. E é bom que se diga que foi uma reunião suprapartidária, somente com uma bandeira, a de que é urgente a duplicação da BR-381, para que possamos acabar com essas notícias, quase diárias, que acabam trazendo infelicidade a todos os mineiros, pois muitas vidas são perdidas ali. Ontem esteve presente na audiência pública o Sr. Sebastião, representante do DNIT em Minas, o Baeta, do DER, inúmeros Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, todos conclamando o governo federal a sair da inércia em que se encontra e a assumir sua obrigação, que é melhorar a qualidade das nossas rodovias federais, em especial, da BR-381, Belo Horizonte-Valadares.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Quero parabenizar o Deputado Gustavo Valadares por, mais uma vez, trazer esse assunto à baila no Plenário desta Casa. Conversando com a Deputada Cecília Ferramenta - estamos com um requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Municipais -, disse-lhe que poderíamos tentar um encaminhamento junto ao DNIT, uma vez que a duplicação da obra, a cada dia que passa, está mais distante de acontecer em Minas Gerais. A Polícia Rodoviária Federal já tem seus dados estatísticos, e sabe que o local em que há o maior índice de acidentes é no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Taquaraçu. Gostaríamos que o DNIT fizesse intervenções nesses locais para minimizar o sofrimento do povo brasileiro, em especial do povo de Minas Gerais. Penso que esse assunto deve ser mantido constantemente nesta Casa. É o mínimo que podemos fazer para que o Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, tenha um olhar responsável sobre a questão da BR-381. Quero parabenizá-lo e dizer que vamos continuar nessa luta em prol da melhoria da BR-381. Se não há duplicação, deve haver melhor sinalização, sinal eletrônico, redutor de velocidade. Vamos preservar a vida. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Agradeço a contribuição do Deputado Wander Borges, mas chamo atenção para o fato de que nós, mineiros, temos a mania de pensar muito pequeno, de pedir muito pouco. Este governo nada tem feito para o nosso Estado, a não ser discursos demagogos e populistas. Dou exemplo aqui das casas populares lançadas pelo Presidente Lula, num programa chamado Minha Casa, Minha Vida, e espero ter tempo para falar desse assunto ainda hoje.

Ontem discutimos o assunto, porque existe, dentro do governo federal, duas propostas para a BR-381. A primeira delas é de duplicação e a segunda, de concessão. É preciso que nós, unidos, suprapartidariamente, PT, PMDB, DEM, PSB, PMDB, enterremos, de uma vez por todas, a possibilidade de fazer uma concessão da BR-381, entre Belo Horizonte e Valadares, pois a situação em que está é muito diferente da BR-381, Belo Horizonte-São Paulo, que já tinha sua infra-estrutura pronta. A empresa chegou para administrar a rodovia, e o valor do pedágio é pequeno, porque ela estava praticamente pronta.

Vejam os senhores que sou, se não o maior, um dos maiores defensores, nesta Casa, de concessões nas rodovias federais que cortam o nosso país, mas acho que, no caso da BR-381, entre Belo Horizonte e Valadares, Deputado Rêmoló Aloise - colega de Comissão, pessoa experiente, que conhece como ninguém aquela rodovia -, se fizermos a concessão neste momento, o valor do pedágio, em razão do estado em que a rodovia se encontra, fará com que ela se torne intransitável. Essa medida vai implicar um custo insuportável aos motoristas mineiros e brasileiros que por ali transitarem. Para se pagarem os custos das obras, o pedágio cobrado será muito caro. Então precisamos enterrar a possibilidade da concessão, ao menos neste momento, na BR-381, entre Belo Horizonte e Valadares. O que temos de fazer é bater às portas do governo federal e pedir-lhe os R\$2.200.000.000,00 necessários para fazermos daquela uma rodovia segura, que ofereça tranqüilidade aos motoristas que por ela trafegam. Segundo as palavras proferidas ontem, nesta Casa, pelo representante do DNIT, são necessários R\$2.200.000.000,00 para transformarmos a famosa rodovia da morte em uma rodovia segura, por onde os mineiros merecem transitar. É por isso que estou aqui hoje: para clamar os meus nobres pares a, juntos, reivindicarmos os R\$2.200.000.000,00 necessários para fazermos dessa uma rodovia com boas condições de tráfego.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Parabéns por abordar essa questão, anteriormente levantada pelo Deputado Wander Borges e que tem sido objeto de preocupação desta Casa a ponto de haver aqui uma comissão especial para analisar a situação da BR-381, hoje infelizmente chamada de Rodovia da Morte. Mas, Deputado Gustavo Valadares, ainda precisamos lembrar outros casos. Eu estava nas dependências da Casa e ouvia o pronunciamento de V. Exa., que também se referiu à Fernão Dias. Há alguns dias, disse, em entrevista à Rádio Itatiaia, que o melhor negócio neste país é ser concessionário de rodovias, no tocante à cobrança de pedágio. O governo entrega uma rodovia pronta, e o explorador do pedágio abre as praças de cobrança e só tem o compromisso de começar a investir aquele recurso naquela estrada seis meses depois. A Fernão Dias, vergonhosamente, teve suas praças de pedágio abertas com mais de 200 buracos, como verificou o "Estado de Minas", o que foi objeto de um dos meus pronunciamentos nesta Casa. E agora está circulando por aí a conversa de que vão cobrar pedágio para passarmos no Viaduto Vila Rica, que me recuso a chamar de Viaduto das Almas, no estado terrível em que se encontra. Então, nesta Casa, como voz do povo, não podemos nos calar, porque as nossas estradas, principalmente as estradas federais que cortam o nosso Estado, viraram uma verdadeira carnificina, situação com a qual não podemos concordar. Muito obrigado por me permitir o aparte, Deputado.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Agradeço a V. Exa. a contribuição em nosso pronunciamento. Há algo que me impressiona ainda mais, Deputado Vanderlei Miranda. Agora, já com a queda de 10 pontos percentuais em sua popularidade, podemos nos perguntar o que fez o Presidente Lula em nosso Estado nesses seis ou sete anos de mandato. Temos vários problemas nas rodovias federais que cortam o nosso Estado. Podemos escolher a região: no Norte de Minas, temos problemas na BR-135; no Sul de Minas, temos problemas; na Zona da Mata, a BR-040 tem problemas e o Viaduto das Almas é um exemplo; na BR-381, no sentido do Leste mineiro, também há problemas. Escolha um parlamentar para elogiar desta tribuna alguma estrada federal no Estado: ninguém terá a coragem de fazer isso. Mas o que mais impressiona é continuarmos com a popularidade do Presidente em alta, embora já em franca decadência - já caiu 10 pontos percentuais.

O caso do Viaduto das Almas é outro caso interessante. Nós, da Comissão de Transporte e Obras Públicas, fizemos uma visita àquele viaduto em 2007. De lá para cá, já nos prometeram, por quatro vezes, com quatro prazos diferentes, a conclusão daquele viaduto, que já foi novamente adiada para 2010.

Enquanto isso, temos problemas quase que mensalmente, se não quinzenalmente, por conta das vidas perdidas naquele viaduto. Continua a pergunta: o que faz este Presidente ao Estado de Minas Gerais?

Vamos chegar mais próximo da nossa Capital. Ontem, na parte da manhã, estávamos discutindo um problema sério que aflige o Vetor Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, principalmente Belo Horizonte e Nova Lima: a questão das alças que ligarão a BR-356 à MG-30, ligando a Zona Sul de Belo Horizonte à região de Nova Lima, sem passar em frente ao BH Shopping. Obra que precisa ser feita e bancada pelo governo federal. O que o Sr. Presidente da República fez até agora para resolver esse problema? Absolutamente nada foi feito por ele ou por alguém do seu governo. Continua a inércia deste governo, em especial com o nosso Estado.

Há uma ou duas semanas, o Presidente esteve num megaevento, com a sua candidata, que já se encontra em plena campanha. Assusta-me como Ministros do Tribunal Superior Eleitoral não estão enxergando que o Sr. Presidente da República caminha por todo o Brasil com a sua candidata, já em campanha, ao seu lado. Há 10 ou 15 dias, fez um evento lançando casas por meio do programa Minha Casa, Minha Vida - 1 milhão de casas populares.

Aí vem algumas perguntas: Sr. Presidente, como cidadão nascido no sertão nordestino, será que o senhor quer voltar a fomentar o êxodo rural? Quando o senhor propõe a construção dessas casas apenas em cidades com mais de 100 mil habitantes, obviamente está incentivando o êxodo rural. Moradores que não têm uma casa digna para morar, como em São Francisco de Paula, que não tem 100 mil habitantes, irão para Divinópolis ou virão para Belo Horizonte. Vão para o Sul de Minas, Varginha, Pouso Alegre, sem ter o que fazer, com a esperança de que lá receberão uma casa digna para morar. E voltaremos a ter o problema do êxodo rural.

É dessa forma que precisamos de um Presidente? É assim que precisamos governar o País? Lança 1 milhão de casas, diz que não tem prazo para construí-las e joga a responsabilidade nos Governadores e Prefeitos. "A minha parte eu já fiz, cabe aos Governadores e aos Prefeitos, agora, realizarem o sonho de resolver o problema da casa própria dos seus cidadãos." Que demagogia é essa? Que populismo é esse?

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de dizer que nós, brasileiros, merecemos muito mais do que temos hoje; nós, mineiros, merecemos muito mais do que temos hoje. Dentro em breve, daremos, de forma clara, o nosso recado. O ano que vem é um ano de eleição, e tenho certeza de que não mais teremos um Presidente populista, irresponsável e demagogo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, saudação aos que nos acompanham pela TV Assembleia e aos que estão aqui nas galerias. Saudação especial ao Ronaldo e ao Emerson, Vereadores de Urucânia, minha terra natal.

Sr. Presidente, tinha um outro assunto para expor aqui da tribuna, mas, lamentavelmente, o Presidente da Comissão de Transporte e Obras Públicas já não se encontra no Plenário. Fico assustado com o pronunciamento do nobre colega Deputado Gustavo Valadares, pois, como Presidente de uma comissão tão importante, não está, de fato, inteirado das obras do governo Lula em Minas Gerais. Sabemos das grandes intervenções que estão sendo feitas na BR-040. Há um trecho dessa BR que a Comissão visitou, aliás acompanhei a visita. Foram feitas intervenções importantes. O Viaduto Vila Rica, apelidado de Viaduto das Almas - por justiça deveria receber o nome de Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, como proposto no projeto de lei que tramita na Câmara Federal, e não Risoleta Neves -, está em fase final. A única coisa que falta são as cabeças e a ligação dele à BR-040. É de estranhar que o nosso Presidente não tenha conhecimento da duplicação da BR-040.

É com alegria que recebo o nosso Presidente Deputado Gustavo Valadares. Concluindo, Deputado Gustavo Valadares: é de estranhar que V. Exa., como Presidente, não tenha informação da duplicação da BR-040 em Sete Lagoas - está em fase de duplicação -, das intervenções na BR-040 na saída de Belo Horizonte, do Viaduto Vila Rica, que está em fase final. Fomos até Conselheiro Lafaiete, e esse trecho não foi recapeado; na verdade arrancaram-se mais de 4cm do asfalto. Não foi uma operação tapa-buraco, o asfalto foi refeito em trechos que se estendiam em quilômetros de extensão. A BR-262 foi refeita atualmente, aliás o Deputado Antônio Júlio reconheceu isso quando esteve aqui agradecendo, naquele microfone, essa ação do governo federal em Minas Gerais.

Como representantes do povo, temos de trabalhar sempre com a verdade dos fatos. É demagogia dizer que, para resolver a questão das estradas, bastaria estatizá-las.

Deputado Gustavo Valadares, em 2005, fizemos audiência pública para discutir a expansão da Gerdau Açominas. Desde então, foi firmada parceria entre o governo estadual e essa empresa, para que fossem realizadas obras na MG-030 e na MG-443, no trecho que liga a BR-040 a Ouro Branco. Vejam que esse foi um compromisso da Gerdau, que assumiria 50% das obras, desde que a Secretaria de Obras, junto ao DER, fizesse o projeto. Fui ao DER várias vezes, e a notícia era a de que o projeto havia sido encaminhado à aprovação da Gerdau. Isso não era verdade; o projeto estava lá. Só retornou a partir daí. Parece uma novela! Somente na semana passada, foi assinada a autorização para execução das obras. A Gerdau assumiu mais de R\$6.000.000,00, cabendo ao Estado mais R\$6.000.000,00. A inoperância do DER e da Secretaria de Obras é muito grande! É demagogia dizer que bastaria estatizar que a situação seria resolvida. Na verdade, temos de trabalhar com a Justiça e reconhecer onde está a eficiência e as deficiências dos governos, seja federal seja estadual.

Quanto às estradas do Triângulo e de toda a região, a situação também era caótica. Havia buracos e mais buracos, que diminuía em número, porque um emendava no outro. E o Presidente Lula conseguiu resolver isso, com grande impasse. V. Exa. sabe muito bem que o dinheiro repassado na fase de transição do governo Itamar Franco para Aécio Neves não foi destinado às estradas, o que gerou impasse jurídico no início do governo Lula.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Agradeço o espírito democrático. Esta Casa é assim: cada um tem suas opiniões e defende seu posicionamento. V. Exa. defende o governo federal, que, a meu ver, continua inerte em relação às rodovias. Vamos pontuar algumas delas.

Faço uma pergunta a V. Exa., Deputado Padre João, e tenho certeza de que terá a oportunidade de responder-me assim que eu terminar o aparte. Há quanto tempo estão em andamento as obras do Viaduto das Almas? Há quanto tempo o governo Lula vem dizendo que resolverá o problema? Já transitamos hoje pelo novo viaduto? Posso antecipar-lhe que a resposta é negativa. Passaremos por ele ainda este ano? Posso antecipar-lhe que não. E olhe lá se será liberado na metade do ano que vem!

E a BR-040, trecho compreendido entre Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete? V. Exa. é da região e sabe que, até outro dia, existia um movimento de moradores pressionando, conclamando, gritando o governo federal para que resolvesse o problema da horrorosa situação em que se encontrava a pista de rolamento. O que fizeram foi um paliativo, tamparam buracos. O que o governo federal faz em relação às rodovias federais é isso, tampar buracos.

Sou contra a estatização. Não sei se V. Exa. me entendeu. Sou plenamente a favor das concessões. Se não fosse, não poderia estar no partido que estou. Sou contra a concessão da BR-381, que liga Belo Horizonte a Valadares, no momento em que estamos, por conta da total falta de infra-estrutura e porque seu trajeto é totalmente obsoleto. Se passássemos aquela estrada agora às mãos da iniciativa privada, obviamente ela cobraria um valor absurdo dos cidadãos que por ali trafegam, para depois resolver o problema da estrada.

Outro ponto: só o governo federal está inerte em relação às rodovias? Não vejo as rodovias do Triângulo tão bem como V. Exa. tem dito, assim como não vejo as rodovias do Norte de Minas. Não vejo no Sul de Minas nem na Zona da Mata. Estamos trafegando por rodovias diferentes. O governo federal recebe o dinheiro de uma contribuição que foi criada para bancar a infra-estrutura no País, chamada Cide. O governo do Estado, por meio do seu Governador, já deixou claro aos quatro cantos do País que recebe as estradas federais e passa a cuidar delas se receber o dinheiro da Cide, e o governo federal não concorda. Não concorda porque usa esse dinheiro para outras coisas que não resolvem o problema das estradas. Vamos resolver o problema? Traz para cá? Tenho certeza de que o DER é muito mais competente e ágil que o DNIT. Temos um Secretário de Obras preparado, que está dando um "show". É só perguntar à população mineira que trafega por MGs. Vamos falar de Processo? Vamos falar de Processo. Vamos falar de ProMG? Vamos falar de ProMG. Estou discutindo algo que me deixa chateado porque coloca V. Exa. numa situação complicada. Seu papel é defender seu governo, mas nesse assunto V. Exa. não tem condições de defendê-lo.

Agradeço-lhe o espírito democrático e espero que, no meu próximo pronunciamento, eu também possa lhe conceder um aparte para continuarmos essa discussão, que sei que não vai terminar hoje. Muito obrigado pelo espírito democrático e bom final de pronunciamento.

O Deputado Padre João\* - Nobre colega Deputado Gustavo Valadares, como falar da eficiência do DER, que demorou quatro anos, desde a elaboração de um projeto à autorização das obras de menos de 20km, em que 50% serão pagos por uma empresa?

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Cite, por favor, a estrada.

O Deputado Padre João\* - A MG-030 e a 443.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - A MG-030, que liga Belo Horizonte a Nova Lima.

O Deputado Padre João\* - Liga a 040 a Ouro Branco. A Gerdau assumiu 50% no valor de R\$6.200.000,00.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Até porque não poderia ser diferente.

O Deputado Padre João\* - Sim. Mas o problema em relação à BR-040 foi a licença ambiental para a rodovia paralela. Tudo isso nasceu aqui, em audiência pública, inclusive a requerimento deste Deputado que lhe dirige a palavra. Não resolve fazer uma nova 040 se não retirarmos de lá o tráfego de carretas, que andam com uma sobrecarga, conforme V. Exa. testemunhou. Ali não foi feita somente a operação tapa-buracos, foram refeitos alguns trechos. Passo ali toda semana.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Também passo.

O Deputado Padre João\* - Ainda está em obras, por isso está causando transtornos. Na verdade, se o Presidente Lula está causando transtornos ao povo mineiro, é de tanto fazer obras. Vejam aqui, em Sete Lagoas. Passei por lá na semana passada. É realidade! Parece que estamos andando de avião, e não de carro. Os transtornos existentes são causados pelas obras que estão sendo realizadas. Deveríamos alternar as reuniões da Comissão de Transporte; uma reunião seria feita na Casa, e outra na região. Deveríamos abordar inclusive a questão da BR-050, que está sob a responsabilidade do Estado. Deveríamos experimentar os pedágios cobrados do povo mineiro. Essa é a situação. Seria importante, Sr. Presidente, trafegarmos em algumas estradas do Processo.

Não dá para entender a eficiência do DER ou da Secretaria em relação à garantia da manutenção dessas obras. Elas foram feitas há dois anos e estão totalmente degradadas, além de trecho que começou malfeito. Se verificarmos a Zona da Mata, veremos essa realidade. Como é possível, a essa altura da história, fazer-se uma rodovia e, de repente, aparecer um estrangulamento para passagem de apenas um veículo? Isso é crime, por se tratar de obra pública. É uma obra feita pelo Processo. Vejam que um carro tem de esperar para outro passar. Em razão da construção de uma ponte, causa-se grande transtorno.

Concluo, nestes 30 segundos que me restam, respondendo à afirmação de V. Exa. de que o Presidente Lula está provocando êxodo rural: nunca a agricultura teve tamanha atenção como temos no momento. Foi lançado o Pronaf no ano passado, com recursos de mais R\$13.000.000.000,00 para a agricultura familiar. Na semana passada, ampliou-se esse valor, justamente por causa da crise. Portanto, a agricultura familiar está muito bem contemplada. Para o agronegócio foram destinados mais de R\$60.000.000.000,00. Demandas antigas para a agricultura familiar, como a destinação para a alimentação escolar, foram atendidas. Uma medida provisória de janeiro deste ano garantiu que, para a alimentação escolar, sejam adquiridos produtos da agricultura local, com dispensa de licitação, aliás. Isso é um grande avanço. Houve a determinação de que 30% do Fundo de Desenvolvimento da Educação seja para adquirir produtos da agricultura local. Isso é fortalecimento do campo, é a garantia para que a nossa criança, o nosso jovem, o homem e a mulher permaneçam no campo com qualidade de vida.

Nobre colega Presidente da Comissão de Transporte, concluo dizendo que, se há alguma coisa que emperra e que dificulta a permanência do homem no campo é esse governo Aécio. Veja bem, o único Estado que não concluirá o programa Luz para Todos é Minas Gerais. São 115 mil famílias sem energia elétrica. Deputado, a demanda do nosso povo hoje é ter internet a cabo, no entanto temos esse número de famílias a que nos referimos sem energia elétrica. Isso é uma vergonha. A coisa está "agarrando" é aqui, por causa da Cemig, que visa ao lucro, e não a serviço de qualidade. Com certeza, em breve V. Exa. será convidado a inaugurar o Viaduto Vila Rica, oxalá haja consciência do Deputado Jaime Martins para mudar o nome de Risoleta Neves para Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Concedo aparte ao Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Fica aqui uma sugestão. Tive uma tarde prazerosa, Deputado Padre João, hoje, discutindo os governos federal e estadual com V. Exa. Marque, Deputado, o dia e a hora, por meio do art. 70, pois 15 minutos é pouco tempo. Ficaremos aqui uma hora cada um, eu do lado direito, V. Exa. do lado esquerdo, para discutirmos os governos federal e estadual. Coloquemos as duas administrações na balança. Tenho certeza de que o deixarei suado e nervoso durante essa discussão, mas será um prazer, como foi hoje, debater com V. Exa. Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o debate acalorado é importante e necessário à democracia. Consideramo-lo benéfico ao nosso povo e gostaríamos que acontecesse mais vigorosamente e mais vezes aqui, na Assembleia Legislativa. Ontem ocupei a tribuna para reclamar da situação em que se encontram os Municípios e volto a fazer o mesmo hoje. Não há mais possibilidade de aguardar uma solução por parte do governo federal e por parte do governo do Estado no que tange ao repasse de recursos para os Municípios de Minas, e talvez até do Brasil. A apropriação indébita de recursos municipais, com a redução do IPI e mesmo com o diferimento do ICMS, nos traz uma preocupação muito grande. Certamente sabemos que os efeitos da crise são muito fortes em todo o Brasil. Minas Gerais, felizmente, ainda não teve prejuízos, pois havia uma gordurinha, uma vez que, nos anos anteriores, tivemos uma sobra no Orçamento, um volume de arrecadação maior que o previsto em função do crescimento do Estado, que foi superior ao do Brasil. Portanto, ainda temos uma gordurinha para queimar, mas acredito que, até junho, os Municípios sofrerão muito.

Vim aqui renovar nosso apelo com o objetivo de que as autoridades ouçam os que têm vivência na roça, nas estradas, nos distritos, nos povoados, nas pequenas cidades, para verificarem o que está acontecendo. Sr. Presidente, encontrei-me, de ontem para hoje, com quatro Prefeitos que já fecharam suas Prefeituras - estão trabalhando 2 ou 3 horas por dia, pois não há o que fazer sem recursos. Esses Municípios precisam ser ouvidos tanto em nível estadual como em âmbito nacional.

O Presidente Lula estará em Montes Claros no próximo dia 6 para inaugurar a usina de biodiesel e dar mais andamento ao processo de ZPE de Teófilo Ottoni, criando o Conselho Nacional das ZPEs, mas é preciso mostrar o reverso da medalha. Quando falamos em estradas, lamento o fato de minha Prefeita, do PT, não conseguir dinheiro para consertar a BR-116, de Campanário até a divisa com a Bahia. Não há recursos. Estamos lá com a travessia urbana do mesmo jeito como a concluí em 1988. Nunca mais ela recebeu uma reforma significativa por parte do governo federal.

Gostaria de lembrar aqui o episódio da ZPE, que terá uma fase a mais em seu desenvolvimento: a lavratura do decreto que cria o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação. No entanto, falta ainda o decreto do alfandegamento, após o qual será necessário cercar a área da zona para dar a segurança natural à alfândega, pois funcionará como se fosse um outro país dentro de Teófilo Ottoni. Tem de ser tudo cercado, com controle da saída e entrada únicas. Não temos os terrenos suficientes para implantar grandes indústrias que executem grandes projetos. O ato do dia 6 não será o último, e muitas pessoas estão me procurando, alguns empresários estão me questionando. O Braulio Braz

me cercou para perguntar se agora a ZPE vai sair, mas a minha resposta é não. Enquanto não se fizer o decreto do alfandegamento, não se instituir a alfândega, não se fizer a cerca ao redor da área da ZPE, não houver o volume necessário de hectares para a implantação dos projetos e não for construída a infra-estrutura - asfalto, rede de água e esgoto, energia elétrica - para a instalação das indústrias, não teremos ZPE. Teremos a parte documental e burocrática pronta, mas não teremos condições de iniciar as obras imediatamente, mesmo porque qualquer empresa que for se instalar na ZPE de Teófilo Otôni terá de apresentar projetos ao conselho a ser criado no dia 6. E esses projetos demoram a ser analisados. Vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a ZPE já havia sido aprovada antes do governo Sarney e havia recebido autorização de funcionamento desde o governo de Itamar Franco. Dois projetos de indústrias que ali se instalariam foram apresentados, mas ficaram três anos esperando a primeira caneta chegar para dar-lhes um parecer. Durante mais seis anos, não tocaram neles, de modo que foi preciso ingressarmos na Justiça contra o governo federal. Ganhamos a ação, porque ele não cumpriu a lei que criou a ZPE. Depois disso, desfez-se o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação.

Tivemos de começar tudo do zero: nova lei passou pela Câmara: e a mesma lei que passou pelo Senado voltou à Câmara. Agora começamos e estamos chegando à semifinal. Para chegar à final, temos de conseguir que o governo do Estado aceite entrar no projeto. Não há como a ZPEX, que é a empresa que administra a Zona de Processamento de Exportação - ZPE -, fazer a infra-estrutura, a aquisição da área que está sendo prevista.

Então, é preciso que haja entendimento entre o governo federal e o governo do Estado e uma ajuda ao Município, que está quebrado, falido e não consegue recurso para desapropriar nem sequer o terreno para ampliação do fórum. É preciso que haja uma intervenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para podermos fazer como fizemos no passado. No governo do Eduardo Azeredo, conseguimos levantar um volume de dinheiro para as obras da parte administrativa da ZPE em Teófilo Otôni, a urbanização da área, tudo feito com recurso do governo do Estado. A Prefeitura está quebrada, a ZPEX está quebrada, está devendo onze milhões e meio ao BDMG e ao BNDES. Não há recurso para que as ZPEs se instalem.

Até mesmo em resposta ao Deputado Bráulio Braz, grande empresário e nosso companheiro, e aos demais empresários que nos procuram, é preciso que haja esse esclarecimento. Muitos mineiros prestam atenção à TV Assembleia - alguns acham que não, mas muita gente presta atenção ao que se fala aqui. É preciso esclarecer aos empresários, àquele que queria montar uma fábrica de motocicleta e esteve aqui no Plenário, a todos eles, que isso é um jogo que precisa ser jogado no tempo correto. Não acabou ainda nem o primeiro tempo do jogo; temos de entrar no segundo tempo para decidir a partida. Mas trata-se de coisa que demorará três, quatro ou cinco anos. Não é aquela mentira que pregaram à época da eleição, no ano passado, em Teófilo Otôni, de que estariam sendo criados, até dezembro de 2008, 10 mil empregos diretos, 40 mil indiretos, com propaganda em "outdoor", crimosamente indo contra a legislação eleitoral, dizendo: "A ZPE é uma realidade. Você vai trabalhar lá, venha fazer sua inscrição". E se formou uma fila enorme de milhares de pessoas para se matricular em um futuro emprego, que seria criado em dezembro. E as pessoas me perguntavam, naquele clima de política, se era possível isso acontecer. Eu dizia: "É possível, desde que você traga as indústrias de helicóptero e as coloque aqui, no meio do mato, para funcionar". Não há como construir um prédio de indústria em tempo menor que dois anos. Se não existe autorização, não passou pelo Conselho, não há investidor ainda, as coisas não fluem dessa maneira.

Então, é preciso clarear. O Presidente Lula vai a Montes Claros e, entre as ações que lá desenvolverá, uma será assinar um decreto. Mas não é a última, falta mais uma, que consiste numa parte burocrática; poderia até fazer no mesmo dia, mas, fui informado de que, lamentavelmente, não o fará. Ao criar a alfândega da ZPE, estará sendo realizado o último ato burocrático. E os investimentos? Quem os fará? Na época do Eduardo Azeredo nós fizemos. Eu era Secretário Adjunto de Estado; negociei e acertei. Conversei com o Governador, e a MGI comprou ações da ZPEX para aplicar os recursos em Teófilo Otôni. Do que se está precisando agora? É preciso haver entendimento maior das lideranças locais com o governo do Estado com vistas a que o governo invista nas ZPEs novamente. Isso porque não há recursos locais para fazer o desenvolvimento dessa área de exportação.

Lamentamos, Sr. Presidente, ter de dizer, em público e no Plenário, que as notícias que estão por aí são enganosas. São mentirosas aquelas de setembro e outubro do ano passado, quando dezenas de "outdoors" espalhados pela cidade anunciavam que a ZPE iria funcionar em dezembro de 2008. Eram mentirosas e até responsáveis por um crime eleitoral que deu a vitória à atual Prefeita em razão dessa promessa de 50 mil empregos, 10 mil diretos e 40 mil indiretos.

Mas esse não é o assunto. Agora, torna-se a levantar uma expectativa positiva muito grande, que não é real. É preciso que as pessoas entendam que quem tem responsabilidade não pode mentir nem falsear, quanto mais dizer meias verdades, que são muitas vezes piores do que a mentira porque enganam, iludem.

Então, Sr. Presidente, esse é o alerta que queria fazer, e o agradecimento ao Presidente Lula por assinar mais esse papel.

Da mesma forma, lembro-me muito bem da assinatura do Presidente José Sarney em outubro de 1988. Esse decreto que o Lula assinará em Montes Claros já foi assinado por Itamar Franco em setembro de 2004. Tudo caiu por terra, começou-se do zero. De 1994 a 2009, passaram-se 15 anos para tudo começar novamente. Então o nosso alerta é para que os empresários procurem a ZPE e busquem a direção da ZPEX para ver como seriam os investimentos. É certo que, se o governo do Estado não entrar, não haverá ZPE em Teófilo Otôni, o que é lamentável, porque sonhamos e trabalhamos por isso ao longo de 22 anos. É triste informar que nem a Prefeitura nem a ZPEX, que é a empresa administradora da zona, terão recursos disponíveis para implantar a infra-estrutura necessária ao funcionamento da ZPE. Esperamos receber, em Montes Claros, no dia 6, com muito júbilo, o nosso Presidente da República e o Governador Aécio Neves. Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

23ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 2/4/2009

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, pessoas das galerias que nos visitam nesta tarde, imprensa, é um prazer voltar a esta tribuna para lembrar-lhes de que 7 de abril é o Dia Mundial da Saúde, e, no dia 8, comemora-se o Dia Mundial do Combate ao Câncer. A TV Alterosa, junto à Unimed e à Funed, realizará, na praça da catedral de Divinópolis, um evento denominado "Estação Saúde", - aliás, haverá muitos outros - para comemorar o Dia Mundial da Saúde. No prédio da Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste Mineiro -, acontecerá, em parceria com a Fundação Hemominas, o Dia de Doação da Medula Óssea, também nessa cidade.

Por falar em saúde, Sr. Presidente, foi realizada, em Divinópolis, cidade-pólo da macrorregião, audiência pública para discutir a falta de leitos no SUS, para internações. Aliás, foi um sucesso, em razão da presença dos representantes das lideranças da saúde da cidade e de toda a região como também do nosso Presidente, Deputado Carlos Mosconi, e do Deputado Domingos Sávio, de Divinópolis. A audiência, como já disse, transcorreu muito bem; a tribuna ficou livre, e todos puderam falar. Dali tiramos o consenso de que a aquisição do Hospital Santa Mônica é uma solução viável, rápida e resolverá urgentemente o grande problema que hoje é um caos em Divinópolis, já que políticos de governos anteriores não deram a devida atenção. O Prefeito Vladimir está empenhado em resolver esse problema, obviamente em parceria com o governo do Estado e, se Deus quiser, com o governo federal, por meio do Ministério da Educação, tendo em vista que essa situação não pode esperar. Na audiência pública, nós - o Presidente Carlos Mosconi, o Deputado Domingos Sávio e eu - aprovamos requerimento.

Solicitamos uma audiência com o Secretário de Saúde, Marcus Pestana, e a realizamos nesta semana. Ouvimos do Secretário informações sobre a importância que ele está dando ao assunto, além da vontade política dele, do Governador Aécio Neves e do Vice-Governador Anastasia para resolver a questão, uma vez que a região Centro-Oeste, cuja sede é Divinópolis, é o segundo maior problema de internação hospitalar do SUS em Minas Gerais, só perdendo para o Vale do Jequitinhonha.

Sentimos firmeza nas palavras do Secretário, que disse que publicará imediatamente no "Minas Gerais" os nomes da equipe oficial para a aquisição do Hospital Santa Mônica. Já existe uma equipe comandada pelo Secretário Adjunto Antônio Jorge, que estava levantando as possibilidades. Agora, será publicado no diário oficial nesta semana, para oficializar-se essa equipe. Teremos, aí sim, os primeiros passos dados, o primeiro resultado da audiência pública para adquirir o Hospital Santa Mônica. Sabemos que há trâmites legais para o levantamento de preço. Tudo que se disse sobre essa questão até hoje são hipóteses, suposições. Só após a oficialização dessa equipe e os levantamentos, seguindo os trâmites legais, é que teremos o valor real desse investimento. Divinópolis terá, assim, o seu primeiro hospital público.

Também, Sr. Presidente, nessa reunião com o Secretário ficou clara a importância de continuarmos os investimentos no Hospital São João de Deus, que é o grande hospital do SUS em Divinópolis, de alta complexidade, que realiza tratamento oncológico e transplantes, do qual não podemos deixar de ser parceiros, senão o caos será maior ainda. Mesmo com a aquisição do Hospital Santa Mônica, que se tornará público, o São João de Deus continuará sendo o grande hospital do SUS em Divinópolis. Precisarão do Pró-Hosp, das emendas parlamentares, do dinheiro do governo federal para continuar os grandes serviços que vem prestando não só a Divinópolis, mas também a toda a região Centro-Oeste.

Agradeço, assim, Sr. Presidente, às pessoas que foram à audiência pública, como os Prefeitos e os Secretários de Saúde das cidades vizinhas, bem como o nosso Prefeito Municipal. Essa audiência pública já começou a dar frutos, e, em breve, tornaremos o Santa Mônica o hospital público de Divinópolis.

Sr. Presidente, quero comunicar à Casa que realizaremos, na primeira semana de junho, em comemoração ao aniversário de Divinópolis, o 2º Divinópolis Mostra Artes. Aproveito, então, a audiência da TV Assembleia para dizer aos nossos artistas em Divinópolis que a Assembleia exporá os seus trabalhos mais uma vez. Foi um sucesso no ano passado. Infelizmente, nesse ano, não contamos com a parceria da Prefeitura Municipal. Desta vez o Prefeito Vladimir já se mostrou interessado em ser parceiro desse evento e provavelmente estará aqui na abertura para podermos divulgar os artistas divinopolitanos, bem como os das cidades vizinhas que quiserem expor aqui o seu trabalho. No ano passado, foi uma semana de exposição, com a venda de muitas obras. Houve artista que ficou conhecido por essa exposição, aliás apresentando-se em Belo Horizonte. Então, realizaremos a 2º Divinópolis Mostra Arte. Tenho a certeza de que será melhor do que a primeira, com muito mais artistas ainda. Estamos divulgando a tempo, para todos trazerem os seus trabalhos. O nosso gabinete e a Prefeitura Municipal trarão os artistas sem nenhum custo para eles.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Deputado Doutor Rinaldo, parabeno-o pelo esforço, pelo trabalho de V. Exa. juntamente com a Comissão de Saúde, que discutiram essa questão. A Comissão esteve em Divinópolis para resolver a situação do hospital. O objetivo é salvar vidas. Estão, portanto, de parabéns V. Exa. e todos os Deputados que participaram desse trabalho para que as pessoas tenham atendimento de qualidade.

V. Exa. esteve numa audiência pública em Corinto, com o Deputado Mosconi e outros Deputados. Tiveram a oportunidade de visitar a Santa Casa de Corinto e viram o descaso da ex-Prefeita da cidade em relação à saúde.

V. Exa. não esteve somente lá, em Corinto, mas também em audiência que ocorreu nesta Casa, com o Secretário da Saúde Marcus Pestana, junto também às lideranças políticas e comunitárias da Santa Casa, com o intuito de tentar resolver aquela pendenga da abertura da Santa Casa de Corinto. O hospital foi interditado pela Vigilância Sanitária. Precisavam ser feitas algumas intervenções, e na época não houve a colaboração por parte do gestor, da ex-Prefeita, que foi derrotada nas últimas eleições. Agora temos um Prefeito que está realmente interessado em reabrir a Santa Casa de Corinto, em fazer parceria - Prefeitura e Santa Casa -, para atender a esse hospital, do qual V. Exa. muito bem se lembra, bem-estruturado, equipado, que precisa dessas intervenções tanto da Santa Casa quanto da Prefeitura e da Secretaria de Saúde. Mas infelizmente o Prefeito assumiu a cidade com um débito muito grande, de mais de R\$2.000.000,00. Ele está se sacrificando para colocar em ordem aquela cidade, que estava de cabeça para baixo.

Em breve, inauguraremos o PSF em Corinto - aliás, ontem o Deputado Carlos Mosconi, da Comissão de Saúde, cobrava isso. Como V. Exas. sabem, os Deputados indicaram duas, três unidades, no Município, e a ex-Prefeita não inaugurou, porque este parlamentar havia indicado a cidade. São aquelas picuinhas políticas que não levam a lugar nenhum e só prejudicam o cidadão.

Agora o Prefeito, as lideranças comunitárias, estamos resolvendo junto à Vigilância Sanitária, com o Dr. Felipe Caran. Estivemos novamente com o Secretário Marcus Pestana e o Vice-Governador Antonio Anastasia, que desejam visitar a cidade de Corinto. Portanto Corinto receberá a presença do Vice-Governador, Anastasia, do Secretário Marcus Pestana, da Comissão de Saúde desta Casa e de todos os que se encontram imbuídos em levar saúde e segurança, para que as cidades de Monjolos, Santo Hipólito, Corinto, Augusto de Lima, Buenópolis e parte da cidade de Morro da Garça tenham atendimento mais adequado.

Esse é o meu retorno a V. Exa. Parabeno-o pela vitória na sua cidade, Divinópolis, onde V. Exa. e outros Deputados conseguiram realmente atender aos anseios daquela comunidade. Parabéns, Deputado.

O Deputado Doutor Rinaldo - Gostaria de dizer ao Deputado Célio Moreira que nós, da Comissão de Saúde, reunimo-nos com o Secretário Marcus Pestana, nesta semana, e conversamos sobre Corinto. Ele está muito interessado na abertura do hospital, ainda mais agora, contando com a boa-vontade do Prefeito atual. A Prefeita anterior não recebeu a Comissão de Saúde na sua cidade nem compareceu à reunião com o Secretário Marcus Pestana, na Secretaria de Saúde. Claro que é importante a participação do Prefeito no trabalho de abertura do hospital daquela cidade.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Agradeço ao Deputado Doutor Rinaldo. Testemunho o trabalho que V. Exa. e o Deputado Domingos Sávio fizeram em prol da saúde de Divinópolis. Como membro da Comissão de Saúde, acompanhava as reclamações há vários anos. No decorrer dos últimos anos, tenho acompanhado o trabalho, os pronunciamentos feitos por V. Exa. e pelo Deputado Domingos Sávio, tentando mostrar a importância de se resgatar a saúde pública de uma região que abrange, nada mais nada menos, que 1 milhão de pessoas. Um milhão de pessoas depende da macrorregião de Divinópolis, e as coisas não andavam bem. O Secretário Marcus Pestana, respaldado no trabalho que os dois parlamentares fizeram representando os Municípios, tomou uma atitude inédita. Ele faz uma parceria com a universidade federal, que tem uma faculdade de Medicina, e com um Município que terá a coragem de desapropriar essa casa de saúde, esse hospital. O Estado entrará com os recursos necessários para fazer o resgate desse hospital. Então vai ser uma parceria tripla, já que será feita entre a União, o Estado e o Município.

Cumprimento o Deputado Domingos Sávio pela persistência, bem como pelas alegações óbvias e mais do que justas acerca da forma de participação do Estado. Espero que Divinópolis, bem como Corinto, Januária, que é outra cidade problemática do Norte de Minas - V. Exa. sabe disso, pois já esteve lá, com a Comissão de Saúde -, e Teófilo Otôni, disponham do melhor serviço de saúde possível. Portanto temos macrorregiões e microrregiões que infelizmente ainda não possuem um sistema de saúde adequado e à altura da nossa população. Deputado Doutor Rinaldo, parabéns pelo seu trabalho. Os meus parabéns são extensivos ao Deputado Domingos Sávio. Espero ir a Divinópolis em breve,

a fim de comemorarmos uma vitória maiúscula dos Deputados da cidade e da região, com o apoio do Governador Aécio Neves, que é um homem sensível e sabe perfeitamente usar os recursos públicos. Obrigado.

O Deputado Doutor Rinaldo - Agradeço-lhe o aparte. Além do trabalho junto ao Deputado Domingos Sávio, temos de ressaltar a vontade e o empenho do Prefeito Vladimir e da Secretária de Saúde, Sra. Cherrie, em resolver essa questão. Essa parceria com a Prefeitura é muito importante. Trabalho na área da saúde desde o primeiro dia do meu mandato. Já o Deputado Domingos Sávio trabalha nessa área desde seu mandato anterior. No entanto, no período anterior, não contamos com essa parceria da Prefeitura para resolver a falta de leitos hospitalares em Divinópolis. Hoje, felizmente, contamos com essa parceria, que será fundamental para obtermos um resultado satisfatório.

Sr. Presidente, como fui aparteado, solicito-lhe mais 1 minuto para terminar meu pronunciamento. Cumprimento o bispo de Divinópolis, D. José Belvino, que está se aposentando e deixando a nossa diocese, que está comemorando seu cinquentenário. Tivemos o prazer de acompanhar 4 mil pessoas de Divinópolis a Aparecida do Norte, para assistir à missa celebrada por D. José Belvino, no Santuário Nacional de Aparecida. A missa, dedicada ao cinquentenário de nossa diocese, foi muito bonita. Foi lançado um selo em comemoração. Destaco ainda o brilhante trabalho pastoral, administrativo e financeiro realizado por D. José Belvino à frente da referida diocese. Ele, que recebeu a diocese com débito, reformou o Palácio Episcopal, comprou duas rádios, reformou a catedral e deixa a diocese em boa situação financeira, com dinheiro em caixa. Fez um bonito trabalho pastoral e administrativo. Aproveito a oportunidade também para dar as boas-vindas a D. Tarcísio, nosso atual bispo de Divinópolis. Sr. Presidente, muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio\* - Boa-tarde, especialmente ao Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, e aos demais colegas Deputados e Deputadas. Meu boa-noite àqueles que nos verão mais tarde, por meio da TV Assembleia. Meu boa-tarde também àqueles que nos acompanham da Casa do povo mineiro ou pela TV Assembleia. Inicialmente, quero unir-me ao grande parceiro, nobre Deputado Doutor Rinaldo, amigo de longa data. Tivemos a alegria de conviver em Divinópolis, como Vereadores. Hoje tenho a felicidade de tê-lo aqui, como colega, unindo esforços em prol de Divinópolis, do Centro-Oeste mineiro, enfim, de todo o Estado de Minas Gerais. Parabeno-o, pois, sem dúvida, sua atuação vem enriquecer muito as atividades deste Parlamento.

Eu me sinto privilegiado, porque sai um divinopolitano da tribuna e entra outro divinopolitano trabalhando pelas mesmas causas, unidos em clima fraterno. Deputado Doutor Rinaldo, com certeza esta nossa união de esforços, obviamente com o apoio dos demais colegas, é responsável pelas conquistas importantes que já começam a se delinear. É assim que precisamos fazer política, somando em prol do que a comunidade precisa.

Aproveito para agradecer aos colegas da Comissão de Saúde que lá estiveram conosco - e V. Exa. estava conosco - visitando o Secretário Marcus Pestana, destacando de modo especial o nosso Presidente, Deputado Carlos Mosconi, e o meu grande amigo e parceiro, Deputado Carlos Pimenta, que tem uma bagagem belíssima de trabalho.

Carlinhos - mudando o assunto da saúde, mas logo retornarei a ele -, aproveito para dizer que, em relação àquela causa da ponte de Funilândia para Baldim, hoje recebi a palavra do Secretário Danilo de Castro de que, quanto à ponte sobre o Rio das Velhas, em que estamos trabalhando juntos, conseguiremos em breve viabilizá-la. É esse espírito de união que nos possibilita os resultados.

Voltando à questão da saúde, que o Deputado Doutor Rinaldo, com muita propriedade, descreveu aqui, de fato, não podemos adiar. Temos de enfrentar rapidamente o problema vivido em Divinópolis. No caso, podemos falar no Centro-Oeste mineiro, uma população de mais de 1 milhão de habitantes, envolvendo mais de 50 Municípios que, de alguma maneira, dependem de uma atenção adequada, principalmente na área de internação hospitalar em Divinópolis. Na saúde, o ideal é que todos estejam investindo de forma adequada no atendimento primário, na prevenção e nos programas e nas equipes de saúde da família, para diminuirmos a demanda de internação hospitalar ou até mesmo a das internações em UTIs. Mas essa é uma realidade que se constrói ao longo do tempo.

O que temos hoje de fato, infelizmente, é uma população que, diante da doença, e muitas vezes doença grave, fica na fila, em situação de desespero, esperando vaga. Enquanto espera, a enfermidade se agrava. E muitas vezes, quando o socorro chega, chega tarde. No caso específico, não se trata de uma demanda só de Divinópolis, é de toda a região. Sendo ela atendida, de alguma maneira, isso tem impacto em todo o Estado.

Hoje, por incrível que pareça, embora seja uma cidade que dispõe de médicos de todas as especialidades médicas - além do competente Doutor Rinaldo, que divide o seu tempo como Deputado e como bom médico -, temos em Divinópolis mais de 500 médicos... Não é isso, Deputado Doutor Rinaldo? São médicos de todas as especialidades. E são extremamente competentes.

Mas não temos unidades hospitalares nem leitos, para que o paciente que precise de intervenção cirúrgica, de internação ou de acompanhamento médico permanente receba assistência. Aí vem para Belo Horizonte, o que complica a vida de todos os mineiros, porque Belo Horizonte, é claro, tem o dever de acolher todos os mineiros, mas já tem uma demanda dos próprios belo-horizontinos e da Região Metropolitana a qual não consegue suprir.

A decisão do Estado, em parceria com o Município e até com o governo federal, de atender a esse nosso pedido e investir na ampliação de leitos em Divinópolis é uma decisão pela qual estamos lutando desde o nosso primeiro mandato de Deputado. Isso se constrói ao longo do tempo. E agora, com essa nossa parceria, ganhamos mais força. O Governador Aécio Neves assumiu o compromisso. E surgiu essa possibilidade.

No caso, temos de administrar com muita prudência, porque há sempre aqueles que se precipitam e às vezes podem até nos interpretar mal. Surgiu a oportunidade, porque o hospital é privado, colocou-se como, eu diria, um parceiro desse problema dizendo: "Podemos discutir uma...", porque alguém pode dizer: "Mas não, o Estado vai lá e desapropria sem nem querer saber se o Estado está de acordo".

Bom, isso também seria uma atitude imprópria, porque desapropriar um hospital não significa que aqueles pacientes, sendo atendidos ali, mesmo em caráter particular, são de lá. Eles continuarão precisando de atendimento.

Tudo precisa ser construído com entendimento. Além do que, o processo relativo àquilo que é privado, àquilo que é particular, caso não haja um entendimento, pode se arrastar na justiça por muitos anos, pode virar uma novela. Desse jeito, nada se resolve, é melhor construir um novo.

É importante esclarecer que já há a decisão do Estado de nomear uma comissão, que deve ser publicada no diário oficial, ainda nesta semana, para fazer a avaliação oficial, tudo com muita transparência, com muita clareza. Os proprietários manifestaram o valor que acreditam ser justo ou que desejam pelas suas propriedades. O Estado não faz negócio tal como a iniciativa privada, que pergunta quanto o proprietário quer, faz sua oferta em seguida e propõe o fechamento do negócio. O Estado tem seus representantes legais, tanto no Legislativo - nós, os Deputados -,

quanto no Executivo - o Governador Aécio Neves e seus Secretários e, no caso, o Prefeito Vladimir. Nós, do poder público, para realizarmos um negócio com transparência, temos de seguir o ritual que a lei determina.

Isso significa que é necessária uma avaliação oficial, por profissionais qualificados, nomeados para essa função, com absoluta isenção e imparcialidade. Queira Deus que a avaliação oficial facilite o processo. Não vamos interferir no preço, mas esperamos que essa avaliação estabeleça um ponto de equilíbrio e de entendimento, para que a desapropriação se dê de forma amigável, ou seja, pelo valor da avaliação oficial, e aquele que está sendo desapropriado não conteste a quantia. Se contestar, caberá uma perícia e a intervenção do Poder Judiciário.

Nesse caso, teremos de acompanhar tudo, Deputado Doutor Rinaldo, "pari passu", porque não desejamos uma briga judicial. Pelo contrário, queremos resolver o problema do SUS, respeitando todos os profissionais que atuam ali, como o Deputado Doutor Rinaldo, assim como os sócios, sejam majoritários, sejam minoritários, e os funcionários. Precisamos encontrar um entendimento.

Já estamos trabalhando com a forma de custeio. Já viabilizamos, com o Governador e com o Secretário de Saúde, o dinheiro para a aquisição. Na hipótese de a negociação não se viabilizar ou de o processo se mostrar moroso e conflituoso, sabemos que não se descartou, em hora alguma, a possibilidade de partirmos para a construção de um hospital. Todavia, isso é mais demorado. Como há gente morrendo, precisando de atendimento para ontem, será melhor se pudermos resolver o problema de maneira mais rápida. Afinal, o interesse público deve falar mais alto.

O certo é que, quanto aos investimentos, já estamos trabalhando juntos. Quero abordar, na linha de raciocínio já exposto, o custeio, com o qual estamos preocupados. Há quem diga que manter um hospital é muito caro, que a Prefeitura não devia assumir essa manutenção. Vamos deixar o povo morrendo à míngua? Temos de assumir o desafio, claro, sabendo que, ao fazermos o investimento inicial, ao vencermos a primeira batalha, estabeleceremos obrigatoriamente um segundo e grande desafio: o custeio, que já estamos discutindo, a fim de que seja feito em parceria entre o Município, o Estado e o governo federal. É necessária a participação da Universidade Federal de São João del-Rei, "campus" Centro-Oeste Mineiro; do "campus" Divinópolis, que é o "campus" Dona Lindu, universidade que possui os cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem, que precisam de dois hospitais-escola.

O Hospital São João de Deus também deverá atender como hospital-escola para alta complexidade, já que esse hospital que estamos objetivando destinar ao povo do Centro-Oeste mineiro - um hospital público, que atenderá o povo que está no desespero - deve ser predominantemente de média e baixa complexidades, exatamente o maior gargalo, onde há o maior número de casos de internações. O curioso é que às vezes o hospital - como o São João de Deus, que é de altíssimo nível, faz cirurgia cardíaca, trabalha com transplante, tem todas as especialidades e toda a estrutura da alta complexidade - encontra-se cheio, lotado, muitas vezes com mais de 80% de casos de média complexidade.

E chega um caso de um paciente enfartado ou de uma pessoa em coma, portanto casos de alta complexidade. O hospital está preparado para atender, mas não tem a vaga. Ao viabilizar a média complexidade, também vamos melhorar a situação para o São João de Deus, no entanto falta o custeio, mas já estamos trabalhando nessa idéia do custeio, envolvendo os Municípios da região, o Município de Divinópolis, o Estado e o governo federal. Sabemos que o desafio é pesado.

Quando construí o pronto-socorro, sabia que havia o custeio. O poder público, quando investe num posto de saúde ou numa escola municipal de um bairro da periferia, não está fazendo só a obra, porque também tem de mantê-la. Feliz o governante e feliz o povo que tem governantes que compreendem que investir em saúde, em educação e em infra-estrutura é obrigação do poder público, mesmo sabendo que, para investir ou comprar um hospital, gasta-se a maior parte do Orçamento e depois ainda existe o custeio. E pior, isso não dá voto, costuma dar é reclamação, porque, por mais que se faça um grande investimento para a construção de um hospital, não temos a ilusão de que resolverá todos os problemas de saúde. Daqui a pouco, os 180 novos leitos estarão lotados, e alguém ainda dirá que esse hospital não resolveu nada. Como se os 180 que estivessem sendo atendidos ali, todos os dias, fossem nada. O mesmo ocorre com o pronto-socorro que construímos e que atende mais de 20 mil pessoas por mês, e ainda existe adversário político que chega ao absurdo de dizer que essa obra não deveria ter sido feita porque não resolveu. Não resolveu tudo, mas aí de nós se ele não tivesse sido feito, aí é que seria um desastre. Vamos enfrentar o problema com parceria, como muito bem disse o Deputado Doutor Rinaldo. Somos nós trabalhando unidos, o governo do Estado, o Prefeito Vladimir, cada um fazendo a sua parte para vermos o problema resolvido.

No último minuto que me resta, quero apenas fazer uma rápida reflexão sobre um outro assunto. A crise que afeta o Brasil inteiro afeta as prefeituras. Fui Prefeito e conheço o pesadelo que está virando a vida de um Prefeito. A receita caiu assustadoramente. Na medida em que houve o reajuste do salário mínimo - o que deveria ter havido mesmo -, a folha de pagamento da maioria das Prefeituras pequenas, que tem uma pequenina receita, cresceu na proporção do crescimento do salário mínimo, e diminuiu a receita. Os Municípios estão vivendo num desespero. O governo federal tomou algumas medidas para enfrentar a crise, o que afetou mais ainda a vida do Município, porque diminuiu o IPI e o Imposto de Renda, ocasionando a diminuição do repasse para os Municípios, porque praticamente são só esses dois impostos que o governo federal compartilha com os Municípios. O governo federal não está sendo sensível ao Município.

O pior é que agora veio uma decisão do governo federal que me deixou assombrado. Além disso, a Ministra Dilma falou, num tom duro, que a habitação é só para os Municípios de mais de 100 mil habitantes. Parece que só as grandes metrópoles têm problemas de habitação. Ou será que estão querendo trazer o povo do interior para aumentar as periferias das grandes cidades? São milhares e milhares de cidades, a maioria das cidades brasileiras, que o governo federal está condenando a ficar fora do programa que ele mesmo vem dizendo ser o seu maior programa para enfrentar a crise. O governo vai enfrentar a crise só em 10% das cidades brasileiras, Deputado Doutor Rinaldo? Não consigo entender a lógica e a justiça disso. E o mais grave é que isso demonstra claramente que o governo não quer fazer 1 milhão de casas, porque ele restringe a possibilidade das parcerias. Ele próprio diz que, por exemplo, em Minas Gerais, que são 853 Municípios, pouco mais de 20 Municípios poderão fazer as habitações. Por que isso também não pode ser feito nas demais cidades, se o seu povo também é brasileiro e paga impostos? O governo federal os exclui de maneira autoritária e sem uma explicação justa e adequada.

Fica aqui o meu protesto e o meu lamento sobre a postura autoritária de alguém que deseja fazer, de fato, um barulho danado e não quer, na verdade, realizar o que está prometendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, quero iniciar o meu pronunciamento desta tarde tratando do fórum técnico que vai ocorrer em Paracatu, minha cidade, na próxima terça-feira, dia 7 de abril. A Assembleia, que já se notabilizou com esse trabalho, está mais uma vez levando a todas as regiões do interior do Estado o Fórum Técnico da Educação, para discussão e elaboração do Plano Decenal de Educação.

O Plano Nacional de Educação remete ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios a tarefa de elaborar, cada um desses entes, o seu Plano Decenal de Educação, em que se planeja para os próximos 10 anos a sintonia fina entre objetivos e metas do Plano Nacional de Educação, para a melhora do sistema de educação no Brasil, a responsabilização de cada um dos entes federativos e o envolvimento de todos os setores e segmentos sociais. Todos, repito, com a responsabilidade compartilhada de promover a melhora da qualidade da educação no Brasil.

Estamos vivendo a era do conhecimento. Há pouco tempo, estávamos na era da informação, mas percebemos rapidamente que de nada adiantava, como não adianta, ter acesso a um grande volume de informações como hoje é disponibilizado pela rede mundial de computadores, a internet. O que importa é processar e trabalhar essas informações e, a partir delas, produzir efetivamente conhecimento.

Sabemos que, para o desenvolvimento da Nação - e estamos envolvidos com essa tarefa e esse desafio no Brasil, melhorando sensivelmente a vida do povo brasileiro, o que é ação primordial do governo Lula -, precisamos aprimorar, avançar, melhorar sensivelmente a educação brasileira. E Minas Gerais não é diferente; ainda temos muito o que avançar neste Estado. Portanto, quero reforçar um trabalho que venho fazendo há alguns dias: já percorri várias cidades do Noroeste de Minas - passei em João Pinheiro, Brasilândia, Bonfinópolis de Minas, Riachinho, Uruçuia, Uruana, Arinos e Paracatu - e neste final de semana percorri outros Municípios, mobilizando a população para a reunião do Fórum Técnico da Educação, para discutir-se o Plano Decenal de Educação em Minas Gerais, a realizar-se no próximo dia 7, terça-feira. A partir das 8 horas abre-se o processo de inscrição, e durante todo o dia a comunidade regional do Noroeste de Minas terá a oportunidade única de colaborar e contribuir para o aprimoramento da qualidade da educação em nosso Estado.

É bom lembrar que Paracatu já se notabilizou e vem sendo reconhecida hoje como uma cidade universitária, em razão de suas três instituições universitárias - as Faculdades Finon, Atenas e Tecsoma -, que hoje ofertam um grande número de cursos e grande quantidade de vagas para o ensino superior na cidade. Paracatu é ainda uma das principais cidades mineiras na oferta do ProUni, a bolsa universitária do governo Lula, que permite o acesso ao ensino superior e à universidade pública a amplas camadas da nossa população que, sem esse auxílio, não poderiam chegar a uma universidade.

Portanto, essa é mais uma ação efetiva da Assembleia de Minas Gerais.

Reforçamos a todos que nos ouvem neste momento o convite para a participação. Educação, assim como desenvolvimento, só é possível com o compartilhamento da responsabilidade. Com a responsabilidade dividida e compartilhada, poderemos, o conjunto da sociedade, por meio dos seus diversos setores e segmentos organizados, contribuir para o aprimoramento da educação em nosso Estado. Os temas que serão debatidos no fórum técnico são: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Tecnológica e Formação Profissional. Lembro que Paracatu também está recebendo, assim como Arinos, um centro de educação federal, o Cefet, fruto de uma grande luta, um grande esforço nosso junto ao governo federal. Paracatu e Arinos vão revolucionar certamente o ensino técnico e o ensino superior de tecnologia na nossa região, formando mão-de-obra qualificada para promover o desenvolvimento regional.

Outro tema também importante é educação indígena, educação do campo e quilombolas, uma educação diferenciada, adaptada às necessidades desses públicos e dessas comunidades, um desafio ainda grande, enorme, para o interior do Estado.

Formação e valorização dos profissionais de educação. Sabemos que não é possível melhorar a qualidade da educação sem equacionar o problema dos profissionais da educação. Há um tema controverso, que é o piso salarial, que precisamos resolver em Minas Gerais. O governo do Estado sinaliza que já resolveu. Não concordamos, assim como praticamente a totalidade dos servidores e dos profissionais da educação do Estado. Portanto é um tema que precisa ser também debatido e resolvido.

Financiamento e gestão da educação pública em Minas Gerais e o diálogo entre as redes de ensino e sua interação - as redes públicas estadual, municipal e federal, e a rede privada. É necessário que todos esses segmentos, assim como pais, alunos, profissionais da área da educação, lideranças comunitárias e sociais, gestores públicos estejam todos em Paracatu - aqueles da região Noroeste -, para que também a nossa região possa contribuir para o aprimoramento da educação em Minas Gerais.

Queremos também, Sr. Presidente, lembrar as ações do governo Lula no que diz respeito à melhoria da educação no Brasil e em Minas Gerais. A rede do ensino federal e do ensino tecnológico está praticamente dobrando. O Reuni amplia a oferta de vagas na universidade pública brasileira, assim como amplia, mesmo fisicamente, as unidades da universidade pública. Em Minas Gerais, não é diferente. Temos também a Universidade Aberta do Brasil, um novo modelo que vem democratizando ainda mais o acesso ao ensino superior. Várias unidades da Universidade Aberta do Brasil já estão em funcionamento no interior do Estado, e muitas outras estão em fase de implantação para ofertar, por meio das boas instituições de ensino superior do Brasil e de Minas Gerais, como é o caso da Unimontes, o ensino público de qualidade, o ensino a distância.

Não podemos deixar de citar novamente o ProUni, que é, de fato, a democratização efetiva para muitos estudantes do interior de nosso Estado e do Brasil. O acesso à universidade pública, como sempre, está difícil, em virtude das distorções, no tocante à qualidade entre o ensino ofertado pela rede privada e a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio das escolas públicas brasileiras.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de falar da visita que fizemos ontem à cidade de São Francisco, que fica ao lado do Rio São Francisco, no Norte de Minas. Essa cidade mineira traz no seu nome o forte símbolo da ternura, da defesa do meio ambiente, da solidariedade e da fraternidade universal. São Francisco não é apenas um santo da Igreja Católica, mas, muito além disso, é um símbolo e uma figura universal. Em São Francisco, tivemos a grata satisfação de nos reunir com lideranças de muitas associações de produtores e agricultores familiares do Município. Encontramos uma discussão fundamental para as regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais e para o Brasil, que é a utilização da biomassa, ou seja, a produção de energia a partir da biomassa. Ali se discutia e se apresentava a proposta da produção do álcool combustível pelas pequenas destilarias, aliás, muitas já implantadas no Município. Discutiu-se também a dificuldade em pôr no mercado e comercializar o álcool combustível. Estimulamos a desobediência civil naquele momento, na reunião em São Francisco. Para romper os interditos e as dificuldades apresentadas para esta que acreditamos ser uma grande e efetiva solução para os agricultores familiares do Brasil, isso precisa ser encaminhado. É fundamental que se resolva e se ofereça a capacidade de associar a produção de alimentos com a produção de energia, por meio da produção de álcool combustível ou de biodiesel, aos pequenos produtores e aos agricultores familiares.

Na segunda-feira, estaremos em Montes Claros para a inauguração da usina de biodiesel da Petrobras, a fim de atender a todo o Norte e o Noroeste de Minas e certamente parte do Jequitinhonha na produção de oleaginosas da agricultura familiar voltada para abastecer a usina de biodiesel de Montes Claros. É uma tarefa ainda muito distante de ser alcançada, realizada e conquistada, pois é uma cultura nova. Além disso, é preciso haver todo um esforço, que já está havendo, particularmente no Norte de Minas, com o apoio do governo federal, para estimular os agricultores familiares a entrar na cadeia de produção de oleaginosas voltada para alimentar e abastecer a usina de biodiesel de Montes Claros.

Ainda em São Francisco, visitamos a Fundação Caio Martins - Fucam. Desde que chegamos aqui, neste segundo mandato, temos acompanhado essa instituição. Pudemos constatar os avanços já conquistados naquela unidade da Fundação Caio Martins em São Francisco. Aproveitamos para reconhecer o trabalho realizado pelo Dr. Cloves Benevides, atual Presidente da Fucam, a quem saudamos mais uma vez. Constatamos também naquele Município - o Deputado Paulo Guedes, extremamente atuante, é do Norte de Minas - a necessidade de socorrer os vazanteiros. As últimas chuvas encheram o Rio São Francisco. As enchentes desse rio dizimaram toda a produção de feijão dos vazanteiros.

Portanto estamos em entendimento com a Conab para que ela disponibilize uma nova quantidade de sementes para os vazanteiros. Também há a necessidade de que o trabalho do Iter na legalização das terras públicas esteja efetivamente realizado no Município de São Francisco, pois há uma grande demanda. Essa é uma luta antiga da Bancada do PT nesta Casa, que conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, disponibilizado para o interior do Estado, mas que encontra dificuldade para concretizar-se em São Francisco.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaríamos de citar o trabalho realizado em São Francisco em defesa, preservação e revitalização da Bacia do Rio São Francisco. O Município de São Francisco já se notabilizou por um trabalho de longos anos. A comunidade está atenta, mobilizada, para cumprir essa tarefa, que considero a maior, ou seja, cuidar das águas, revitalizar a Bacia do Rio São Francisco, pois de Minas sai mais de 80% das águas do Rio São Francisco. É aqui, na caixa de água do Brasil, em Minas Gerais, que temos de cuidar dessa Bacia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia nos vários cantos de Minas Gerais, primeiramente quero parabenizar o Deputado Almir Paraca pelo seu pronunciamento, principalmente no que se refere ao Município de São Francisco. Temos acompanhado isso de perto.

São Francisco é um Município que, há cinco anos, tinha problemas de toda natureza, mas, com a vitória do Pe. José Antônio, instalamos um governo lá que primeiramente cuidou de fazer o dever de casa, limpar o nome da Prefeitura e organizar associações comunitárias. Realmente temos muito que comemorar por esses cinco anos, em que conseguimos realizar obras importantes para aquela cidade, nas áreas de saúde, educação, e na pavimentação. Estamos construindo lá a maior estação de piscicultura do Brasil. Colocamos água para mais de 4 mil famílias na zona rural e instalamos energia elétrica para quase 4 mil famílias por intermédio do Luz para Todos. Enfim, são tantos avanços que só temos de comemorar. Aproveitamos esta oportunidade para parabenizar o Pe. José Antônio, nosso Prefeito, o Luizinho, Vice-Prefeito, os nossos Vereadores, e toda a equipe da Prefeitura de São Francisco.

Um outro assunto que nos traz a esta tribuna se refere a uma cobrança, de certa forma, um desabafo em relação às atitudes que vêm sendo tomadas pelo governo do Estado quanto ao Processo. Quero ser bem claro, estou referindo-me ao Processo de Miravânia, um Município novo, emancipado em 1992. Miravânia era um Distrito do Município de Manga, portanto toda a relação do seu povo é com Manga. O fórum, a comarca, o banco, a agência do INSS, a escola, o comércio, enfim, a ligação histórica de Miravânia é com Manga.

Todos nós sonhamos com a tão esperada notícia do Processo, que pretende ligar as cidades de Minas Gerais que ainda não têm asfalto, como Manga e Miravânia. Por que essas duas cidades? Em primeiro lugar, porque todo o povo de Miravânia resolve seus problemas em Manga, existe um laço histórico. Em segundo lugar, porque a obra beneficiaria um grande número de pessoas, já que ligaria Miravânia a Panelinha 1, Panelinha 2, Cachoeirinha, Nhandutiba, até o entroncamento da BR-135, que, por sua vez, faria a ligação ao Município de Manga. A obra nesse trecho de apenas 38 km, além de resolver de fato o problema da população, agregaria valor, potencializaria os produtores dos Vales do Japuré e do Calindó, além de agregar valor ao Município de Manga e engrandecer o Norte de Minas.

O governo do Estado vai justamente na contramão da história, do que está sendo feito, o que foi arquitetado e planejado para atender às picuinhas de alguns políticos. Até hoje a população de Manga não entende o porquê de o governo de Minas preferir priorizar o Processo de Miravânia, ligando a cidade a Cônego Marinho. O trecho é o dobro do inicial. O governo gastará R\$35.000.000,00 para beneficiar poucas pessoas, entre elas o pai e o Prefeito que têm fazenda nessa direção, em detrimento da maioria da população de Miravânia, deixando de atender a Panelinha 1 e Panelinha 2, em Miravânia, e Cachoeirinha e Nhandutiba, em Manga.

Gostaria de lembrar o Governador, os Diretores do DER, o Secretário de Obras... Queria saber se o Governador realmente está sabendo disso. Talvez ele esteja desinformado, mas, em momentos de crise, quando todos falam em economia, o governo prioriza uma estrada que custará o dobro para atender aos caprichos de meia dúzia de pessoas em detrimento da grande maioria do povo de Miravânia e Manga.

Fica aqui a nossa indignação, o nosso pedido. Ainda há tempo. Esperamos que o Governador Aécio Neves tome a posição de, pelo menos, receber-nos. Já solicitamos várias audiências para tratar desse assunto, e não fomos recebidos. Gostaria que ele nos desse a oportunidade de explicar a situação, porque está ouvindo apenas o outro lado, que está mal-intencionado, está de picuinha com o Norte de Minas, principalmente com as cidades de Manga e Miravânia e das comunidades de Panelinha 1 e Panelinha 2, Cachoeirinha e Nhandutiba - as grandes prejudicadas por essa manobra, que atende a poucos.

Esperávamos muito mais desse programa; esperávamos que, acima de tudo, não levasse apenas pavimentação asfáltica a esses Municípios, mas que também trilhasse o melhor caminho, o mais barato, com o melhor custo, que atendesse à maioria da população, que, nesse caso, não está sendo ouvida, não tomou conhecimento de nada.

Resolveram tudo daqui, sem conhecer nossa região. Gostaria que o Secretário de Obras, que os Diretores do DER fossem à região ver de perto o tamanho da bobagem que estão fazendo. Isso vale como um alerta para o governo. Um governo que criou o choque de gestão, que fala em saneamento das contas do Estado, prioriza uma obra que vai custar o dobro para atender a quase ninguém! Estou fazendo essa denúncia e esperando que o governo tome alguma atitude. No dia 27 deste mês, faremos uma audiência pública da Comissão de Transporte em Manga, para discutir esse assunto. O Processo, que deveria ser Manga-Montalvânia, está sendo desviado para Miravânia-Cônego Marinho, patrocinado pelo Prefeito de Miravânia, pelo ex-Prefeito de Manga, que é o pai do Prefeito de Miravânia, e pelo Deputado Arlen Santiago, que, por sinal, diz que é o Deputado do atual Prefeito de Manga, mas está trabalhando contra o nosso povo. Ao tirar o Processo de Manga-Miravânia, o Deputado e o Prefeito estão fazendo um grande desserviço à população das duas cidades, Manga e Miravânia. Portanto gostaria que o governo pelo menos nos escutasse, escutasse as Lideranças e o outro lado, que é a população de Manga e de Miravânia. Falo aqui como filho daquela cidade, como quem conhece palmo a palmo aquele canto do sertão, e não posso aceitar esse tipo de coisa. Ou é ganância pública ou é politicagem mesmo. Não dá para aceitar. Fica aqui nossa indignação. Estive tratando desse assunto oito vezes com o José Elcio, Diretor do DER, três vezes com o Fuad, com o Danilo de Castro, e, na única oportunidade que tive de falar com o Governador Aécio Neves, quando ele esteve em Itacarambi entregando as casas populares, eu e o cacique dos índios xacriabás, o Domingos, com o Prefeito José Nunes, de São João das Missões, apresentamos inclusive outra alternativa ao Governador, de fazer, por exemplo, o Processo Miravânia-São João das Missões, que seria mais barato e beneficiaria 8 mil índios sem discriminar Manga. Por Missões, as pessoas também podem ir a Manga e resolver seus problemas. Isso está prejudicando a maioria da população de Miravânia, que tem a comarca em manga, que tem o INSS em Manga, que tem a conta bancária em Manga, que recebe aposentadoria em Manga, que estuda em Manga e que agora terá de ir para Cônego Marinho, um Município distante, com o qual as pessoas não tinham nenhum vínculo. Não seríamos contra essa ligação asfáltica se o governo tivesse dinheiro sobrando para fazer os dois trechos. Se asfaltassem Miravânia-Cônego Marinho e Miravânia-Manga, bateríamos palmas, mas sabemos que sairá apenas um trecho. Se o governo usasse o bom senso, se pregasse de fato o que prega com o choque de gestão, optaria pelo trecho Manga-Montalvânia, com o qual gastaria a metade dos recursos e beneficiaria muito mais gente. Fica aqui, Sr. Presidente, registrada a indignação deste parlamentar sertanejo, conhecedor das dificuldades do Norte de Minas, roedor de pequi, comedor de rapadura, mas que não poderia se calar diante de uma situação tão gritante, tão espantosa como essa decisão tomada pelo governo, que prejudica a população de Manga e de Miravânia.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Deputado Ademir Lucas, companheiro de tantas batalhas, estamos chegando agora de Brasília, onde tivemos um encontro importante com o Ministro Hélio Costa para solicitar a inclusão de Teófilo Ottoni e de todas as cidades dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha no Programa Banda Larga nas Escolas. Esse é um programa do Ministério das Comunicações que possibilita que todas as escolas estaduais e municipais de cada cidade - não do Município, mas de cada cidade - tenham acesso à internet banda larga sem fio, por meio de um acordo feito entre o Ministério e as empresas de telefonia do Brasil.

Trata-se de um projeto importantíssimo a respeito do qual muito se falou no passado, na época da informatização das escolas. Entretanto, não

foram dados a elas os instrumentos necessários para que a informatização acontecesse. Não adianta colocar 10, 20 ou 30 computadores em escolas que não possuem acesso à internet ou banda-larga que dê velocidade a ela para que os alunos realizem pesquisas.

Esse trabalho desenvolvido pelo Ministério já existe em importantes cidades de Minas Gerais. Fomos a Brasília pedir ao Ministro Hélio Costa o beneficiamento dessa região carente de Minas Gerais, que está recebendo atenção do governo do Estado, com o Processo e o Travessia, mas também do governo federal e, especialmente, do Ministério das Comunicações. Essa benesse, a internet, será muito importante - sobretudo na era da informática, da cibernética e da robótica - para integrar os alunos nesse instrumento maravilhoso de estudos e pesquisas. O Ministro nos recebeu muito bem e disse que vai tomar providências. Semana passada já estive em Montes Claros inaugurando banda-larga nas escolas e brevemente irá a Teófilo Otôni lançar esse importante programa.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz a esta tribuna diz respeito ao fórum que discutirá a crise e que acontecerá nos próximos dias 14 e 15, terça-feira e quarta-feira, no Expominas, para onde a Assembleia se deslocará. Será uma grande discussão com a participação do Presidente do Banco Central, de todas as autoridades federais e de importantes segmentos da economia para que Minas aponte soluções.

Em vista dessa decisão da Assembleia de propor discussão mais ampla com a sociedade, contando com a presença de Ministros do governo federal, volto ao tema da habitação. O governo federal lançou um programa de 1 milhão de habitações. Hoje, curiosamente, o Deputado Domingos Sávio criticou o programa, pois só poderão habilitar-se cidades com mais de 100 mil habitantes. Criou-se uma celeuma em torno disso. As empreiteiras de obras públicas, construtoras de casas, estão preocupadas em como acelerar os processos de autorização para que essas casas sejam construídas. Já os Prefeitos, arrebatados por essa crise, preocupam-se em como vão comprar os terrenos, abrir as ruas, instalar redes de esgoto, de água e de energia elétrica, para poder construir casas em lugares habitáveis. Em Belo Horizonte, por exemplo, há milhares de lotes vagos já na estrutura urbana existente, como em toda cidade-pólo ou em cada pequena cidade de Minas Gerais e do Brasil.

Então, usei propor uma sugestão ao governo federal, da qual irei falar. Essa visão caolha de construir cidades com mais de 100 mil habitantes trará um problema maior para a aceleração da urbanização do País. Levantamento realizado em julho de 2004 revela-nos que havia em Minas Gerais cerca de 180 mil ligações quando o programa Luz para Todos foi lançado. A Cemig fez 198 mil ligações, e ainda faltam mais de 100 mil. Quando o governo acenou com a possibilidade de realização desse restante - Minas Gerais entraria com 75% do dinheiro -, as pessoas começaram a voltar para o campo. Seria importante para quem foi Prefeito de cidade-pólo - o Presidente Deputado Ademir Lucas participou desse debate - não deixar a cidade explodir, proporcionar crescimento mais ordenado. Então, esse projeto habitacional do governo, de 1 milhão de novas habitações, é lindo, maravilhoso. Em 1986, com o BNH, o governo federal fez 800 mil casas em um ano. Então não é difícil cumprir a meta de 500 mil moradias neste ano e a mesma quantidade no ano que vem, mas é preciso ver por uma ótica diferenciada, e não por essa visão caolha de que só as cidades com mais de 100 mil habitantes poderão ser beneficiadas com o projeto habitacional. Desse jeito, as Capitais, as cidades-pólos, vão construir casas, e as pessoas vão sair das pequenas cidades, das roças e das fazendas, para viverem numa habitação gratuita na cidade e ficarem desempregadas. Chegarão à cidade, terão casa, mas não poderão trabalhar.

A nossa preocupação é, primeiro, que o programa seja estendido para todos os 5.464 Municípios brasileiros. Se o governo federal fizer um levantamento rápido, logo se consegue isso, de quantos lotes vagos existem nas estruturas urbanas das pequenas, médias e grandes cidades do Brasil, verificará que a meta de 1 milhão de habitação é tímida. Os lotes vagos existentes são em números muito maiores que 1 milhão de habitações. Por que essa burocracia de passar por empreiteiras de obras públicas? Por que não fazer, como se faz desde o governo Fernando Henrique, o financiamento de material de construção? Por que não se propõe ao Município, diferentemente do que acontece hoje, que ele forneça as plantas, os projetos para o cidadão, a fim de diminuir custos? Por que não se permite que o alvará de construção seja gratuito? Por que o governo federal não permite que os trabalhadores, ao construírem nesse projeto de habitação, sejam isentos de pagamento do INSS e dos custos sociais, objetivando reduzir o preço das casas? Se é um programa social, o governo federal tem de contribuir. Na construção civil, além do salário, pagam-se 108% sobre a folha de salários.

Se queremos solucionar o problema, há a forma de resolvê-lo, mas é preciso tirar essa ótica caolha de quem vive na Capital, na suntuosidade, e olha os problemas de maneira diferenciada, sem o cheiro da roça, sem conhecer o que acontece lá no interior, nas pequenas cidades. É preciso fazer com que essas pessoas entendam que, se hoje o governo federal quiser construir 1 milhão de habitações, há mais de 1 milhão de lotes urbanizados disponíveis para a construção. Existe um método simples usado desde o governo Fernando Henrique, e agora no governo Lula, de financiamento de material de construção, aliás, há agora a redução de IPI. Se fizerem o mesmo trabalho diretamente pela Caixa Econômica Federal, tendo em mente essas pessoas que compraram o lote à prestação, que não têm condições de construir a sua própria casa, teremos um "projetação" e talvez, em menos de um ano, consigamos construir 1 milhão de habitações, mas é preciso enxergar direitinho. Na minha cidade, Teófilo Otôni, tenho isso contabilizado, pois tentei fazer um projeto dessa espécie, com recursos próprios, no meu primeiro mandato, de 1983 a 1988. Fiz um programa, chamado Promorar, em que dava para quem tinha um lote na área urbana já definida, urbanizada, o "kit" de material de construção para o cidadão por conta própria fazer a sua casa. Foram construídas 1.500 casas por esse programa. É um projeto de sucesso que pode, realmente, ser efetivado.

Vai aqui, de público, já que o fiz ontem em Brasília, a sugestão que apresentei à Ministra Dilma, que estava no Congresso discutindo essa questão. Estamos propondo uma solução rápida e real para o desemprego, sobretudo com a redução de custo para a construção da moradia num financiamento que seria feito pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal, enfim, por qualquer organismo federal. Tenho a certeza de que, Deputado Ademir Lucas, essas casas não custarão mais de 60% do preço estimado para a construção por empreiteiras. Teremos uma redução de 40% no custo de cada habitação para pessoas que tenham lotes nas áreas urbanizadas das pequenas, médias e grandes cidades e assim atenderíamos a todos. Esse 1 milhão de habitações seria um número pequeno para atender a toda a demanda. Isso resolveria, em parte, o problema da crise, pois criaríamos imediatamente um mercado de trabalho e começaríamos a construir rapidamente. Para dar um exemplo, qualquer cidade, qualquer Prefeito pode pagar o seu próprio engenheiro para fazer um projeto com um a seis modelos de casas para o cidadão escolher. Os beneficiados não pagariam o projeto nem seu registro, nem alvará de construção. O governo federal entraria com sua parte de não cobrar os custos sociais sobre o trabalhador daquelas unidades desse programa.

Com isso, Sr. Presidente, tenho certeza de que não vamos descobrir a América nem saber como o ovo saiu da galinha, mas certamente vamos fazer o maior projeto habitacional da história deste país, porque poderemos aproveitar a economia que se fará. Na minha estimativa, pelo que entendo de obras, pelas casas populares que fiz - quatro conjuntos habitacionais na minha cidade - e pela experiência que tive de construir casas para pobres - e não se trata de casinhas vagabundas não, mas de casinhas com laje, rebocadas, com gesso, com telha colonial, bonitas, arrumadinhas, em bairros estruturados, com rede de luz, água, calçamento, tudo prontinho, habitável, bem pintada; não pintada toda de branco ou azul, mas uma parede vermelha, uma branca, outra azul, casa bem decorada -, enfim, tem como se fazer uma casa popular por 60% do custo que o governo está prevendo para construir. Economizaríamos 40% dos 34 bilhões destinados ao programa de 1 milhão de habitações. Mas não seria preciso economizar, poderíamos fazer mais casas além do 1 milhão.

Então essa é a sugestão que apresentei em Brasília ontem e que apresentarei nos próximos dias 14 e 15 nos debates que teremos. Trata-se de um projeto e um programa já existentes. O governo decidiu que vai fazer, mas a melhor forma de fazer ainda não foi encontrada.

E tem razão o Deputado Domingos Sávio quando questiona aqui o porquê da exclusão das pequenas cidades. Por que atender a somente cidades com mais de 100 mil habitantes? Vamos atender, no máximo, a 10% das cidades brasileiras. E os outros? Não são cidadãos brasileiros os que moram em Pompéu, Ladainha, Malacacheta, Monte Formoso, Joaíma? Essas pessoas não têm direito à habitação? Ora, há um mercado gigantesco. Posso assegurar, Sr. Presidente, que, pelo estudo que fiz, só na minha região serão mais de 100 mil habitações, se forem feitas habitações nos povoados, Distritos e cidades pequenas onde há água encanada, rede de esgoto, rua com calçamento e rede elétrica. Se for usado esse critério, teremos, no governo Lula, um grande projeto habitacional, que até agora, nesses cinco anos, foi mingua. Não se

construíram as casas necessárias para o crescimento populacional, que está em torno de 2,8%. Mas ainda dá tempo de tirar a diferença, pois o governo Lula vai até o final de 2010. Indiferentemente da proposta que se faz de municipalizar ou de estadualizar a construção dessas casas, podemos ter esse outro enfoque, que seria possibilitar a quem já tem um lote urbanizado habilitar-se na Caixa Econômica Federal para um financiamento, a fim de construir a sua casa com alguns diferenciais. Primeiro, isenção das taxas e tributos municipais; segundo, isenção do custo social, de INSS, Fundo de Garantia, durante a construção. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que, lançado esse programa, em seis meses poderíamos ter essas obras quase concluídas. Na minha experiência, construí bairros inteiros no prazo de seis meses, quando fui Prefeito. Se quiser que eu ensine, vou ensinar. Compramos o terreno, urbanizamos e fizemos as casas em seis meses. Mas o que estou propondo é diferente, é mais avançado. Proponho que sejam aproveitados os lotes urbanizados existentes, e certamente teríamos um grande volume de empregos neste país para a construção de habitação popular. De um lado, resolveremos um problema social, que é o da habitação; de outro, o grande problema do desemprego, que também é social.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Creio que essas sugestões devem ser apresentadas, ao vivo, para que as pessoas raciocinem sobre a solução dos grandes problemas nacionais e de cada pessoa que mora em qualquer cidadezinha, Distrito, ou povoado deste país.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/4/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando Marcos Alexandre Figueiredo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Antônio de Paula e Silva Neto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Marcos Alexandre Figueiredo para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Consuelo Maria de Assis do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 7/4/09, Pedro Eustáquio Costa Pôssas do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Consuelo Maria de Assis para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Michael Pereira Souza Neto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Clézia Eunice Caitano do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Antonival Rodrigues de Oliveira para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Neider Moreira

exonerando Fábio Joaquim Gonçalves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Weliton Prado

nomeando Oswaldo Calixto de Souza Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando José Francisco Marques Ribeiro para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

## AVISO DE LICITAÇÃO

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2009

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 24/4/2009, às 10h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de luminárias, lâmpadas fluorescentes e reatores.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de

8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 7 de abril de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### EDITAL DE AVISO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 1/2009

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em observância ao disposto na Deliberação da Mesa nº 2.431, de 8/9/2008, e com base no levantamento realizado pelo grupo de trabalho constituído por meio da Portaria DG de 11/4/2006, publicada no Boletim da Secretaria de 17/4/2006, faz saber a quem possa interessar que os processos relativos à concessão de auxílio habitacional por meio do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – cujos financiamentos tenham sido quitados nos anos de 1990 e 1991 serão eliminados a partir do 30º dia subsequente à data da publicação deste edital no órgão oficial dos Poderes do Estado, se não houver oposição por parte dos interessados.

Observado o prazo citado, os interessados poderão expressar oposição à eliminação da documentação em referência por meio de requerimento a ser protocolado na Diretoria-Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na Rua Rodrigues Caldas, 30, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte.

Palácio da Inconfidência, 7 de abril de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.